

Mecanismos Informais de Protecção Social em Moçambique

O Caso do Xitique

Noémia André Nhatsave

Trabalho para a obtenção do grau de Licenciatura em Economia

Faculdade de Economia

Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Setembro de 2011

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

(Noémia André Nhatsave)

Maputo, aos ____ de _____ de 2011

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com ____ valores no dia ____ de _____ de 2011 por nós, membros do Júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

(Presidente do júri)

(Arguente)

(Supervisor)

Dedicatória

*Pelo exemplo, apoio, confiança e
acima de tudo, amor, dedico este trabalho
aos meus pais André e Filomena,
à Minha avó Amélia Nuvunga*

Com muito carinho e amor!

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	iv
ÍNDICE DE TABELAS	iv
ANEXOS	v
AGRADECIMENTOS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS	vii
SUMÁRIO	viii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Relevância do Estudo.....	2
1.2 Problema de Pesquisa	2
1.3 Objectivos de Estudo	4
1.4 Hipóteses.....	4
1.5 Metodologia	5
1.6 Limitações.....	6
2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E EMPÍRICO	7
2.1 A informalidade no contexto da protecção social.....	7
2.2 Características demográficas e socioeconómicas da população moçambicana	8
2.3 Mecanismos informais de protecção social em Moçambique.....	12
2.3.1 Sistemas informais de apoio financeiro	15
3 ESTRUTURA DAS RECEITAS	19
3.1 Nível e estrutura das receitas	19
3.2 Estrutura das transferências monetárias.....	21
3.2.1 Transferências Monetárias Pagas (TMP).....	22
3.2.2 Transferências Monetárias Recebidas (TMR)	23
4 O XITIQUE COMO MECANISMO DE MITIGAÇÃO DE RISCO	27
4.1 Perfil do xitique	27
4.2 Funcionamento do xitique.....	29
4.3 Potencialidades e limites do xitique na redução dos riscos associados a insegurança financeira	32
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	35

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
Anexos	41

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: População de Moçambique, 1950-2007	9
Figura 2: Crescimento económico sem redução da pobreza.....	10
Figura 3: Tipo de emprego	11
Figura 4: Mecanismos de acesso financeiro, Moçambique 2009	16
Figura 5: Razões para a cessar os serviços financeiros informais	17
Figura 6: Estrutura da receita por área de residência, 2003.....	20
Figura 7: Estrutura da receita por área de residência, 2009.....	21
Figura 8: Transferências monetárias pagas por área de residência, 2003-9 (em meticais).....	22
Figura 9: Transferências monetárias recebidas por área de residência 2003-9 (em meticais).....	24
Figura 10: Ciclo de contribuição do xitique	29
Figura 11: Contribuição do xitique por pessoa.....	30
Figura 12: Participação no xitique por nível de educação.....	30
Figura 13: Participação do xitique ao nível nacional.....	31
Figura 14: Finalidade do xitique.....	33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura das transferências monetárias pagas 2003-09	23
Tabela 2: Estrutura das transferências monetárias recebidas, 2003-09	25
Tabela 3: Nível de participação do xitique segundo género ao nível das províncias (%)	32
Tabela 4: Xitique como mecanismo de canalização de poupança.....	32

ANEXOS

Anexo 1: Formas de redes informais de segurança em Moçambique	42
Anexo 2: Lidando com dificuldades.....	44
Anexo 3: Lidando com eventos esperados	45
Anexo 4: Receita mensal dos AFs, segundo a fonte (preços correntes) em 2003	46
Anexo 5: Receita mensal dos AFs, segundo a fonte em 2009 (preços correntes)	47
Anexo 6: Resumo do Inquérito do IAF 2002/3 e IOF 2008/9	58
Anexo 7: Resumo da Pesquisa Finscope Mozambique 2009	59

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois todas as coisas vêm única e exclusivamente de Deus. Tudo vive por seu poder, e tudo é para sua glória. A ELE seja honra e glória para todo o sempre.

Aos meus pais, por terem sempre me ensinado a importância da educação e por terem me incentivado a seguir os meus objectivos. A minha avó e os meus tios Daniel Ndimande e Jorge pelo apoio ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Neves pela orientação crítica e perspicaz, além da paciência e estímulo durante a fase da realização do trabalho.

Ao Prof. Dr. António Francisco por todo seu apoio e oportunidades concedidas para a realização do trabalho.

Ao Dr. Vírgulino Nhate, pelo seu apoio no fornecimento dos dados e a orientação no manuseio dos dados durante a pesquisa.

A minha irmã Delsa Nhatsave, e aos meus amigos António Guilherme, Fidel Bilika, Justo Dagama, Michael Sambo e a Virgínia Maciel pelo apoio em todos momentos. Aos meus colegas do curso de economia que partilhei grandes experiências. E por fim, aos docentes e funcionários, por terem me acolhido ao longo do curso, possibilitando a minha aprendizagem.

LISTA DE ABREVIATURAS

AFs	Agregados Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatística
IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
MIPS	Mecanismos Informais de Protecção Social
TM	Transferências Monetárias
TMP	Transferências Monetárias Pagas
TMR	Transferências Monetárias Recebidas

SUMÁRIO

Este trabalho analisa o papel do xitique na mitigação do risco associado à insegurança financeira e social. A partir dos dados do IAF 2002/03, IOF 2008/09 e dados da Finscope Mozambique 2009, procurou-se analisar as potencialidades e limites que o xitique oferece na redução dos riscos sociais, tendo em conta que o xitique é uma das formas mais comuns de poupança e crédito informal que a população usa para canalização das suas poupanças, e como estratégia de solidariedade e ajuda mútua. Os resultados obtidos mostram que o xitique tem um impacto positivo nos níveis de rendimentos dos participantes do xitique e conseqüentemente no orçamento familiar, ao contribuir na compra de bens duráveis do agregado familiar em curto espaço do tempo. Apesar disso, verificou-se ainda que o xitique apresenta limitações devido a sua inabilidade de atrair fundos suplementares e providenciar acumulação de capital no longo prazo. Mas isso, não tira o mérito que o xitique tem em providenciar serviços financeiros para aqueles que não têm acesso as instituições bancárias pertencentes ao sector financeiro formal e em promover a solidariedade entre os membros do grupo.

1 INTRODUÇÃO

O xitique é uma prática de longa tradição em Moçambique, tanto nas zonas rurais como nas urbanas. O xitique é mais conhecido como uma forma de poupança e muito mais usado na área de micro-finanças. Ele serve fundamentalmente para responder as necessidades de consumo imediato, mas também, embora em menor grau, para suprir as necessidades de longo prazo.

O xitique enquadra-se nas redes de solidariedade e ajuda mútua, na medida em que baseia-se na confiança e nos vínculos recíprocos entre membros de um determinado grupo social, o que mostra, de forma clara a dinâmica fundamental da sociedade em responder e enfrentar os problemas do dia-a-dia, usando meios alternativos próprios para gerarem rendimentos que assegura a sua sobrevivência.

Actualmente, apenas 22,2% da população tem acesso a pelo menos um dos serviços financeiros oferecidos, destes 14,6% da população moçambicana usa os serviços financeiros informais para fins de poupança, pelo facto dos produtos de poupanças oferecidos não serem disponibilizados pelos bancos. Dos quais 5,7% de adultos recorrem ao xitique para canalizarem as suas poupanças, para fazer frente a emergências ou faltas de dinheiro, seguidas pela expansão do negócio (De Vletter, Lauchande, e Infante 2009).

A maioria dos participantes recorre a prática do xitique como alternativa viável para adquirir bens duráveis em curto espaço de tempo, pelo facto do xitique ser um mecanismo que facilita o acesso fácil e rápido ao crédito comparativamente ao sector financeiro formal devido a confiança pessoal em que assentam a este esquema (Cruz, 2002).

Deste modo, o presente trabalho tem como objectivo analisar o papel do xitique na mitigação do risco associado a insegurança financeira e social. Dado que o xitique é um mecanismo financeiro informal que a população recorre para a canalização das suas poupanças na falta de mecanismos financeiros adequados as suas condições de vidas.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. O capítulo 1 contém a introdução do trabalho. No segundo capítulo, faz-se enquadramento teórico e empírico, com ênfase para o debate da informalidade no contexto da protecção social, caracterização demográfica e sócio económico

da população moçambicana, bem como o debate em torno dos mecanismos de protecção social informais existentes em Moçambique. O terceiro capítulo é reservado a análise da estrutura das receitas e das transferências monetárias. No quarto capítulo, faz-se análise do xitique como mecanismo de mitigação do risco. Finalmente no quinto capítulo apresentada as conclusões e as considerações finais do estudo.

1.1 Relevância do Estudo

Os principais motivos que me inspiraram na escolha deste tema são:

- Existência de poucos trabalhos sobre o xitique na evolução dos mecanismos informais de protecção social. A maioria dos estudos disponíveis aborda o xitique num contexto de micro-finanças, mas não como elemento de mecanismos informais de protecção social;
- O reconhecimento pessoal que o xitique funciona como mecanismo de poupança e crédito informal usado pela população no sector financeiro informal;
- Interesse em conhecer as ligações sociais em torno da prática do xitique na resposta a problemas do dia-a-dia e que permite a sobrevivência diária dos grupos envolvidos;
- Para além de ser um mecanismo financeiro, o xitique serve como meio de socialização entre membros de um determinado grupo, mas será que contribui para capacidade produtiva e de aquisição de bens duráveis?

1.2 Problema de Pesquisa

O xitique é um mecanismo financeiro informal que a população recorre para a canalização das suas poupanças, com vista a fazer face as contingências presentes e futuras, nomeadamente doenças, falecimentos, casamentos, e outras.

No entanto, existem poucos trabalhos que exploram o xitique como uma rede de solidariedade e de ajuda financeira mútua. O estudo de Dava, Low e Matusse (1998) o qual mostra que o xitique tem sido uma das actividades mais praticadas, como mostraram as evidencias de estudos efectuados durante três períodos: nomeadamente o período antes da independência, depois da independência até 1986 e o período até à altura da realização do inquérito. Segundo os autores, nestes períodos vigoravam práticas de xitique baseadas nas relações de amizade e vizinhança entre membros de comunidades.

Todavia, depois da independência a economia moçambicana entrou em crise devido fundamentalmente a uma ideologia desserdada de uma economia centralmente planificada, as reformas das últimas décadas, procuraram corrigir as distorções das condições estruturais económicas e limitações das políticas implementadas na primeira década de independência, que geraram situações de pobreza, privação, exclusão e vulnerabilidade, permitindo a criação de um ambiente propício ao ressurgimento de redes de solidariedade como o xitique para fazer frente aos aspectos excludentes.

Embora, não seja um fenómeno típico do período pós-independência, o xitique desempenhou e continua a desempenhar um papel importante para o sustento de um conjunto de pessoas. Esta prática encontra-se bastante difundida no sector informal. Para além de se ter especificidades que respondem aos interesses dos seus actores sociais, o xitique é usado tanto para a obtenção de recursos financeiros, como dos fundos de solidariedade entre os indivíduos do mesmo grupo social. Portanto, o presente trabalho procura responder a seguinte questão: *Em que medida o xitique contribui para mitigação dos riscos de insegurança financeira?*

1.3 Objectivos de Estudo

Objectivo geral

- Analisar o papel do xitique na mitigação do risco associado à insegurança financeira e social.

Objectivos específicos

- Determinar o peso do xitique na estrutura das receitas do agregado familiar;
- Identificar os mecanismos adoptados pelos agregados familiares para obtenção do capital social e que permitem atenuar riscos e rupturas na sua estabilidade económica e social;
- Identificar as potencialidades e limites que o xitique oferece para a redução dos riscos associados a insegurança financeira;

1.4 Hipóteses

H₁: Para os participantes o xitique ocupa um peso maior na resolução dos problemas imediatos em relação às outras componentes das transferências monetárias.

H₂: O xitique permite a resolução dos problemas imediatos e de longo prazo, ao estabelecer a integração social do grupo, através das relações sociais que nele se estabelecem.

1.5 Metodologia

O presente trabalho baseia-se nos Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) 2002/3, Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2008/9 e o Inquérito Finscope Mozambique 2009¹. Os dados do IAF 2002/3 e IOF 2008/9 foram obtidos do Instituto Nacional de Estatística (INE), enquanto os dados do Inquérito Finscope Mozambique 2009 pelo Ministério das Finanças.

Todas as análises apresentadas no trabalho foram ponderadas de modo a tornar os resultados representativos ao nível nacional. O processamento dos dados foi feito com recurso ao pacote estatístico SPSS (Statistical Packages for the Social Sciences) versão 18. A amostra, varia para cada base de dados, dos quais para o IAF 2002/03 com 8.700 agregados familiares (AFs), o IOF 2008/09 com 10.832 e a FinScope 2009 com 5.028 AFs.

Baseando-se numa análise estatística descritiva puderam ser apurados os resultados referentes aos diferentes aspectos relativos aos mecanismos informais de protecção social em Moçambique, neste caso, a resposta do problema colocada anteriormente, o que permitiu identificar os principais mecanismos usados pelos AFs nas suas transacções financeiras.

Os dados do IAF 2002/3 e IOF 2008/9 foram usados a estimativas das receitas dos agregados familiares. A estrutura da receita compreende as principais fontes de receita dos AFs como por exemplo: as receitas do arrendamento, transferências monetárias², e valor líquido do negócio.

As transferências monetárias pagas incluem: (i) Pensão de divórcio; (ii) Pensão de alimentação; (iii) Juros pelos empréstimos; (iv) Transferências para estrangeiro; (v) Transferências para clubes, partidos e associações; (vi) Instituições sem fins lucrativos e religiosas; (vii) Xitique e; (viii) Outras transferências monetárias.

Enquanto as transferências monetárias recebidas são compostas por: (i) Pensão de reforma; (ii) Pensão de divórcio; (iii) Pensão de sangue (viuvez); (iv) Pensão de alimentação; (v) Juros de

¹ Para mais informações sobre o IAF, IOF e o inquérito Finscope Mozambique veja o anexo 6 e 7.

² Transferências monetárias (TM) são fluxos financeiros e matérias que entram (transferências recebidas) e saem (transferências pagas) no agregado familiar.

bancos ou de devedores (vi) Seguros; (vii) Dinheiro recebido de instituições sem fins lucrativos e religiosas; (viii) Valor em espécie recebido de instituições sem fins lucrativos e religiosas; (ix) Dinheiro recebido de familiares que vivem fora do agregado; (x) Valor em espécie recebido de familiares que vivem fora do agregado; (xi) Dinheiro recebido de familiares que trabalham no estrangeiro; (xii) Valor em espécie recebido de familiares que trabalham no estrangeiro; (xiii) Xitique e; (xiv) Outras transferências monetárias.

Os dados do IAF 2003, foram ponderados usando as medidas de inflação resultante dos rácio das linhas de pobreza alimentar da terceira avaliação da pobreza, MPD (2010b) de modo a tornar os resultados comparáveis com os resultados obtidos em 2009. Os dados do Inquérito Finscope Mozambique 2009, fornecem informações sobre as percepções individuais dos serviços financeiros sobre a origem dos rendimentos dos AFs, e a forma como estes administram as suas finanças. Esses dados permitiram uma análise da composição do xitique, assim como o seu funcionamento.

1.6 Limitações

As limitações evidenciadas durante o percurso deste trabalho foram: (i) escassez de estudos sobre os mecanismos informais de protecção social em Moçambique; (ii) os dados do IAF 2002/3 e IOF 2008/9, não captam a finalidade das transferências monetárias. Neste sentido, optou-se explorar os dados do Inquérito da FinScope Moçambique 2009, de forma a responder o problema levantada no estudo.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO E EMPÍRICO

Este capítulo faz uma discussão sobre a informalidade no contexto de protecção social, e a partir destas suas implicações para o enquadramento de um sistema de protecção a segurança humana. Apresenta também a caracterização demográfica e socioeconómica da população moçambicana e os mecanismos informais de protecção social informal em Moçambique.

2.1 A informalidade no contexto da protecção social

O fenómeno da informalidade tornou-se amplamente generalizado tocando uma variedade de pessoas de diferentes estratos e condições sociais. Neste caso, constata-se que a informalidade não conduz necessariamente a pobreza ou exclusão social, mas sim, constitui um recurso de sobrevivência para os indivíduos excluídos do sector formal (Feliciano, Lopes, e Rodrigues, 2008:124).

A economia informal é formada na sua maior parte por pequenas actividades com acesso restrito ao crédito e impossibilidade de recorrer ao sistema legal para a protecção da propriedade e o cumprimento de contratos, já que não possuem registo junto a entidades governamentais (Tiryaki, 2008). As actividades informais operam em escala de produção em pequena dimensão, a fim de evitar que sejam identificados pelos órgãos governamentais, não operam com economia de escala ou com uma combinação eficiente de capital e trabalho, consequentemente, a obtenção de ganhos de produtividade não é viabilizada.

Em Moçambique, estima-se que cerca de 75% da População Economicamente Activa (PEA) está no sector informal, segundo o inquérito ao sector informal do INE (2006), esta taxa de ocupação é mais elevada entre as mulheres (77,6%) que entre os homens (72,3%). O que significa que cerca de 90% da economia nacional e da sociedade moçambicana em geral encontra-se mergulhada na informalidade, isto é, tanto em relação ao mercado de trabalho, como para os mercados dos demais factores de produção: mercado de capitais produtivos e

mercado de capital improdutivo imobiliário (Francisco & Paulo, 2006: 19). O que reflecte uma economia informal dominante e generalizado, onde as pessoas procuram trabalhar ou gerar rendimento através de qualquer actividade possível, seja ela comercial, de transportes, agrícola, artesanal, industrial e de serviços.

Neste contexto, no campo da economia informal encontram-se actividades não proibidas por nenhuma lei, postas em acção por agentes económicos em situação de inconformidade com os vários tipos de regulamentação que as enquadram (Francisco & Paulo, 2006). É uma economia que assegura a sobrevivência de pobres, sem contudo lhes dar capacidade e instrumento para a sua saída da pobreza, pelo menos fundamentada e orientada para sobrevivência de indivíduos em condições de precariedade.

No que concerne ao peso da economia informal, verifica-se uma série de efeitos a ela relacionada, nomeadamente, a sua fraca contribuição para os sistemas económicos formais, dada as condições de trabalho que cria possibilidades de oferecer em termos de integração social (Feliciano, Lopes, e Rodrigues, 2008: 23). Na qual, configuram o desenvolvimento das redes informais capazes de responder mais eficazmente e democraticamente as necessidades económicas e sociais da população desfavorecida.

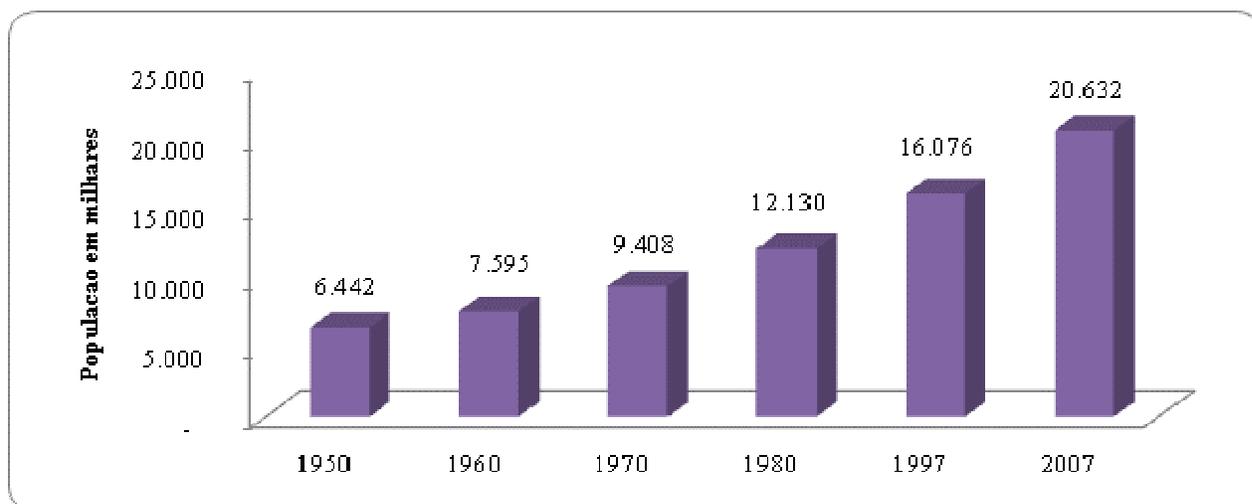
Este facto revela que, a actividade informal é uma das principais fontes de rendimento dos agentes económicos e das suas famílias, e cria condições propícias ao ressurgimento/ fortalecimento dos laços de solidariedade tradicionais num espaço citadino, onde predominam a competição e as lógicas de sobrevivência individuais.

2.2 Características demográficas e socioeconómicas da população moçambicana

A população de Moçambique tem estado durante as últimas três décadas a crescer a uma taxa média anual acima de 2%, colocando grandes desafios aos programas de desenvolvimento do País, visando a redução da pobreza (MPD, 2010a: 10). A população total estimada é de 20 milhões de habitantes (Figura 1), onde 52% são mulheres e 48% homens (INE, 2007). Cerca de

54% dessa população é considerada pobre e com elevado índice de seroprevalência (portadores de HIV-SIDA). Enquanto, o crescimento económico nos últimos anos tem sido elevado com uma taxa média anual de crescimento do PIB de 8% e um rendimento per capita médio anual de 5%, o País ainda é considerado um dos países mais pobres do mundo com o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) que coloca Moçambique na posição 165º lugar entre 177 países (PNUD, 2010).

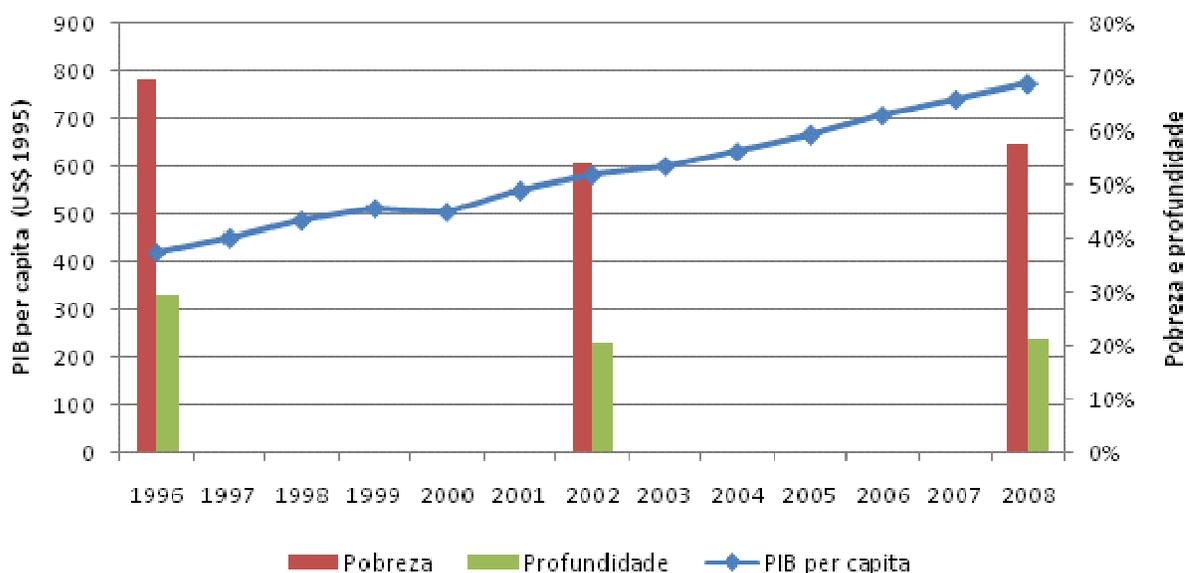
Figura 1: População de Moçambique, 1950-2007



Fonte: MPD, 2010a

Este facto sugere que o crescimento global da economia nacional não parece ser adequado para reduzir a pobreza, pois, os altos níveis de crescimento económico não estão a beneficiar as pessoas mais desfavorecidas da sociedade, conforme mostra a Figura 2. O facto é que, as condições de vida em Moçambique não melhoraram, sobretudo nas zonas rurais onde o número de pessoas que sofre privações é ainda muito elevado. Uma economia mais diversificada como a de Moçambique, poderia oferecer melhores oportunidades de modo que as mesmas elevem os padrões de vida da população a longo prazo.

Figura 2: Crescimento económico sem redução da pobreza



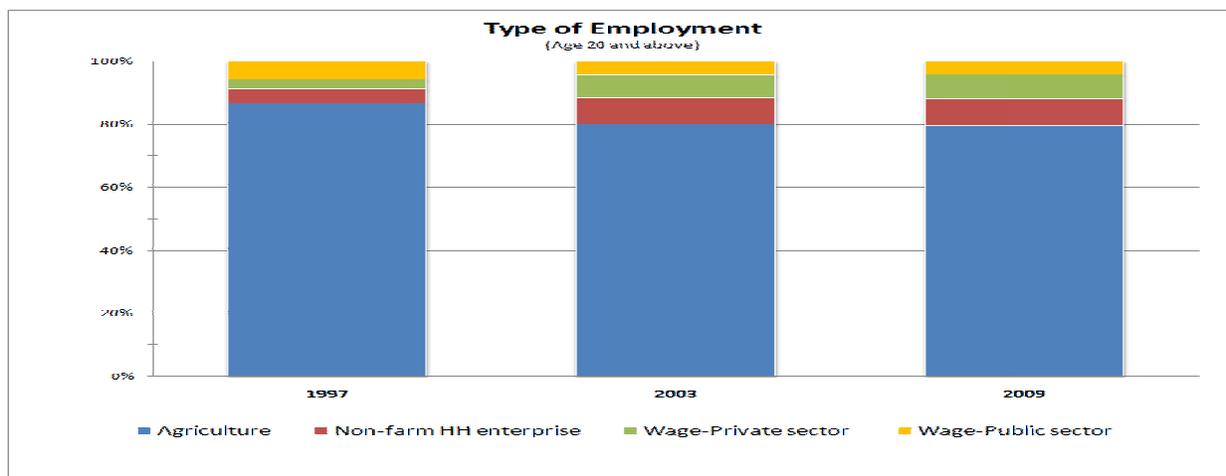
Fonte: Salazer, 2011

Em três décadas, o padrão médio de vida dos moçambicanos não melhorou ao período antes à independência, excepto para uma pequena minoria, o que afigura-se fundamentalmente para a compreensão da generalização da informalidade. O que constata-se que, no último meio século, o moçambicano produziu abaixo do mínimo necessário (pelo menos 2,2% correspondente ao crescimento populacional) para que o padrão de vida não regredisse (Francisco, Ali e Ibraimo, 2011).

Evidências anteriores sobre a evolução demográfica, económica e do desenvolvimento do País, neste meio século, mostram a ocorrência de transformações conducentes a grande debilidade económica e vulnerabilidade a riscos e rupturas nos mecanismos de protecção social de qualquer tipo, formais e informais (Francisco & Paulo, 2006).

A estrutura do emprego em Moçambique nos sectores da economia mostra a existências de poucas oportunidades para os agregados familiares obterem seus recursos, sendo a agricultura a sua principal fonte de sustento, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3: Tipo de emprego



Fonte: Fox, 2011

Diante desse contexto, onde por um lado observa-se a fragilidade da situação económica do País, o aumento da pobreza, sobretudo nas zonas rurais e peri-urbana, a crescente vulnerabilidade de certas camadas sociais, o crescimento da população, as calamidades naturais, o aumento da prevalência do HIV/SIDA, as profundas transformações operadas na estrutura das famílias, os movimentos migratórios. E por outro lado regista a crescente vulnerabilidade nos agregados familiares que cada vez tem afundam na pobreza crónica (Selvestre & Lourdes, 2006).

Neste sentido, torna difícil superar os obstáculos para a expansão do sistema formal protecção social, para um País que enfrenta um elevado índice de pobreza³. Os sistemas de protecção social formal incluem limitações de recursos e complicações administrativas, bem como o provável desinteresse político, existindo poucos incentivos para responder aos grupos mais pobres (Barrietos, 2008). Verifica-se apenas componentes principalmente formais, administrativos e legalmente constituídas, apenas identificados os ministérios governamentais

³ Os resultados da 3ª avaliação da pobreza mostram que a pobreza no país aumentou ao nível das província, sendo que a estimativa nacional é 54,7%, o que significa que não houve uma redução da pobreza em comparação com 2003 de 54%, sendo a província da Zambézia com um índice de pobreza elevado (70,5%) em relação as restantes províncias do país (MPD, 2010b). O que aprior indica que as estratégias defenidas para a redução da pobreza não estão a ter efeito ao nível da população mais vulnerável.

de tutela. Porém, na prática, as evidências disponíveis demonstram que os benefícios são ainda muito limitados e estes resumem-se a uma minoria da população (Francisco, 2009).

2.3 Mecanismos informais de protecção social em Moçambique

Os instrumentos de Protecção Social (PS) entre formais e informais ainda estão em desenvolvimento, por isso que não se pode falar de um sistema único e acabado. Os diferentes instrumentos de PS não têm as mesmas prestações e não coordenam as suas actividades. A maioria dos sistemas de PS formal cobre apenas os trabalhadores do sector formal, tanto público, assim como do sector privado, e nem todos que estão nestes sectores dispõem dessa protecção (Francisco, 2010; Quive, 2007).

A definição de protecção social neste trabalho é entendida como “o conjunto de mecanismos, iniciativas e programas com objectivo de garantir uma segurança humana digna, libertando os cidadãos de dois medos cruciais no ciclo de vida humana: 1) medo de carência, sobretudo alimentar e profissional, seja accidental, crónica ou estrutural; 2) medo de agressão e desprotecção e psicológica” (Francisco, 2010:37). Este evidencia o conjunto de mecanismos desenvolvidos para evitar, prevenir, amenizar ou mitigar riscos e rupturas na segurança económica e social dos cidadãos.

Os mecanismos informais de PS dizem respeito a “protecção comunitária/familiar, que resulta das solidariedades e reciprocidades de cariz familiar, não formalizada e fortemente imbricada nas estruturas e mecanismos sócio-culturais, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não comercial e com uma lógica de entreajuda baseada no capital social” (Quive & Gonçalves, 2005).

Os trabalhos de Cruz (2002, 2004 e 2005) sobre as redes de solidariedade, reportam as formas mais comuns de cooperação e ajuda mútua nas zonas rurais como estratégias de sobrevivência em períodos de crise alimentar, cujas denominações variam de região para região, tais como: (i) trabalho contra trabalho (envolvendo familiares, amigos e vizinhos em determinados períodos

agrícolas; (ii) trabalho em troca de bebida (compensação, que é feita de forma rotativa); (iii) ou aguardar pelas remessas de comida e dinheiro (transferências monetárias) dos familiares empregados. Enquanto nas zonas urbanas prevalece uma experiência de movimentos associativos, grupos de poupança onde destaca a prática do xitique, assim como sociedades funerárias, cujo fim é tentar responder os problemas de interesse comum dos seus membros.

De acordo com o estudo realizado por Dava Low e Matusse (1998) que reportam várias práticas⁴ de protecção social, baseadas em relações de parentesco, amizade, ou vizinhança, tais como: Xitique; Kurhimela/Xitoco/Thôthôtho; Tsima; Yakulanhlana; Nssongo-nssongo; Ganho – Ganho; Kuphezana; Odjyana e Ossókela.

Dava, Low e Matusse (1998) analisaram a evolução destas práticas tradicionais comparando tres períodos, nomeadamente o período antes da independência, depois da independência até 1986 e o período até à altura da realização do inquérito, nas três principais cidades do país: Nampula, Beira e Maputo. Os resultados do estudo mostram que, na zona Norte predomina o crescimento das práticas do “Thôthôtho, especificamente nas zonas urbanas de Nampula que tem um padrão de evolução similar aos dos centros rurais, sendo as restantes práticas quase inexistentes⁵.

Na zona Centro, destacam-se as práticas Nssongo-nssongo/Kuphezana, Odjyana e Ossókela que são formas de ajuda mútua baseadas em contribuições organizadas por um grupo de indivíduos que vivem no mesmo bairro ou trabalham no mesmo local, para a criação de um fundo de solidariedade que é disponibilizado aos membros para eventos sociais na sua maioria para funerais, casamentos e outras contingências da vida. E no Sul do país, o destaque vai para a prática do “Xitique”, cujo crescimento reflecte o florescimento do comércio informal na cidade de Maputo onde as mulheres se destacam como as principais participantes (Dava, Low e Matusse 1998).

⁴ O anexo 1 mostra a distribuição dessas práticas ao nível das províncias.

⁵ Esta actividade consiste em alguns agregados familiares, necessitando de mão-de-obra adicional nas suas machambas, contratarem temporariamente e para um trabalho específicos indivíduos a título particular para realizarem diversas actividades (lavoura, sasha, sementeira, colheita, ect.) (Francisco & Paulo 2006).

Esta prática encontra-se bastante difundida no sector informal. Isto porque, para além de se ter especificidades que respondem aos interesses dos seus actores sociais, o xitique é usado como parte dos chamados fundos solidários entre os participantes, com vista a fazer face contingências presentes e futuras, como doenças, falecimentos, casamentos, maternidade e outras, entre um grupo social específico na comunidade (Quive, 2009).

Há que salientar que, a metodologia usada no estudo da Dava Low e Matusse (1998), é qualitativa e não representativa, significa que, a mesma não capta o valor de cada contribuição feita pelos indivíduos nos diferentes tipos de mecanismo informais de protecção social. Contudo, não deixa de ser um estudo importante, pois aborda questões pertinentes sobre o tema em análise.

O estudo realizado pela *FinScope Moçambique 2009*⁶ mostrou que os MIPS (Mecanismos Informais de Protecção Social) têm evoluído no seio da população ao nível de todo o país, dado que são adoptados como estratégia de mitigação de diversidades de riscos. Este estudo mostrou que, para cada dificuldade que os indivíduos têm enfrentado e as estratégias por estas adoptadas para superar essas crises, no que concerne a uma situação de calamidades (tal como um incêndio, inundações, morte ou doença), o principal recurso foi pedir dinheiro emprestado a familiares ou amigos (9,7%) e em segundo lugar a venda de bens (tais como gado) e redução de despesas domésticas (Anexo 2) (De Vletter, Lauchande, e Infante 2009).

Os mecanismos que os indivíduos recorrem numa situação de eventos esperados importantes (como casamento, nascimento, despesas da universidade), duas fontes destacam-se na obtenção de fundos: venda de bens e recurso a dinheiro emprestado de familiares ou amigos, tal como caso de calamidades, procurar ajuda de grupos religiosos era também um recurso relativamente importante (Anexo 3) (De Vletter, Lauchande, e Infante 2009).

⁶ Este corresponde a um estudo sobre a Avaliação do Nível de Acesso Aos Serviços Financeiros em Moçambique foi realizado pelo Governo de Moçambique com o apoio técnico-financeiro da empresa FinMark e do Governo da República Federal da Alemanha. O objectivo do estudo é contribuir para o desenvolvimento de um entendimento global sobre o ambiente dos serviços financeiros em Moçambique e obter um conhecimento detalhado sobre os segmentos que têm ou não acesso completo a esses serviços.

No entanto, alguns estudos revelam que os mecanismos informais são a principal fonte de sobrevivência para maioria dos agregados familiares das zonas rurais, onde a família é a principal fonte de apoio no período de crise, seguido da comunidade e as instituições religiosas. Os AFs com famílias alargadas desempenham um papel importante na resolução de problemas em tempos de crise como perda súbita de rendimento, fome e outros infortúnios. Por outro lado, estes estudos revelam que poucos AFs recebem apoio directo do Estado na forma de pensões ou outros tipos de protecção social do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e do Ministério da Mulher e Acção Social (Tvedten, Paulo e Rosário, 2006; Tvedten, Paulo e Rosário, 2007).

A extensão e natureza destes mecanismos informais de protecção tem um forte impacto para os agregados familiares no acesso aos recursos em forma de dinheiro, apoio material e trabalho – e tem assim implicações na dinâmica da pobreza sob a forma de processos de marginalização e exclusão social, bem como na mobilidade social ascendente.

2.3.1 Sistemas informais de apoio financeiro

Neste subcapítulo apresenta os mecanismos informais de protecção social, com particular destaque aos sistemas financeiro-informais de poupança e crédito – ROSCAS (*Rotating Savings and Credit Associations*) na literatura económica, e xitique no caso vertente de Moçambique.

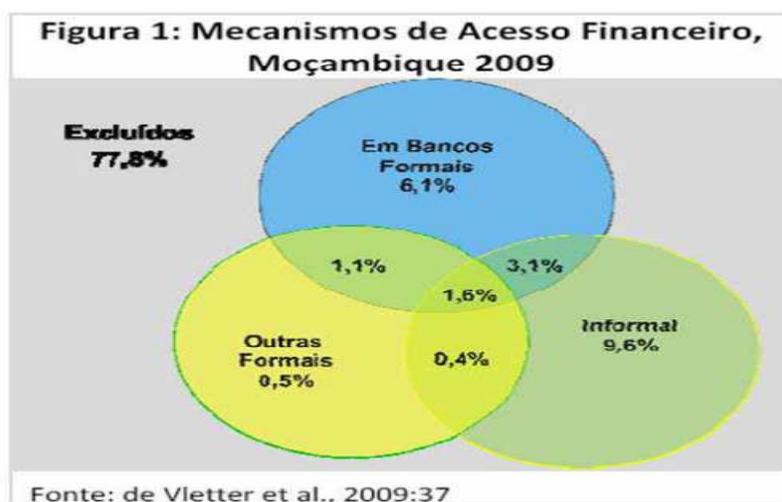
Os serviços de poupança e créditos⁷ são raramente acessíveis através do sector financeiro formal. Um dilema que a maioria dos países em desenvolvimento (incluindo Moçambique) enfrentam na mobilização de recursos financeiros internos. Os sistemas financeiros são desadaptados das realidades do país, diminuta poupança e investimento nacional apanágio de grande maioria deles (Ducados & Ferreira, 1998). No que concerne aos sistemas financeiro

⁷ Os serviços de poupança permitem aos detentores de poupança armazenar o excesso de liquidez para o uso futuro e obter rendibilidade dos seus investimentos, e os serviços de crédito possibilitam o uso de receita antecipadas para investimento ou consumo em curso (Psico, 2010).

moçambicano, este revela grandes desafios, desde a sua organização e distribuição dos serviços financeiros à população de baixo rendimento.

O estudo da FinScope Moçambique 2009 sobre *Avaliação do Nível de Acesso Aos Serviços Financeiros em Moçambique*, mostra que apenas 22,2% da população adulta tem acesso a pelo menos um dos serviços financeiros oferecidos por qualquer uma das três categorias alternativas, onde informal abrange cerca de 14,6% da população adulta (Figura 4), com cerca de 77,8% da população excluída do sistema financeiro.

Figura 4: Mecanismos de acesso financeiro, Moçambique 2009



O que revela uma situação preocupante a realidade da marginalização económica da população rural em Moçambique, onde cerca 86,5% de adultos rurais é financeiramente excluídos enquanto uma inquietante de baixa percentagem (4,2%) de adultos rurais usa serviços bancários. Em contrapartida 60,8% de adultos urbanos é excluídos e 26,6% está formalmente bancarizados (De Vletter, Lauchande, e Infante 2009). O que representa uma fraca cobertura e abrangência do mercado financeiro formal, representada pelos bancos comerciais e agências financeiras privadas. Isso mostra que, a fragmentação do sistema financeiro com sistemas de utilização de meios de pagamento, ainda não foi possível unificar os sistemas numa rede comum, como acontece em países com sistemas financeiros mais desenvolvidos.

Estima-se que, 48,3% dos indivíduos recorrem aos mecanismos de poupança e crédito informal para guardar o seu dinheiro com segurança, apenas 16,2% usa este sistema para canalizar as suas poupanças e adquirir bens para satisfazer as suas necessidades assim como dos membros da família, Figura 5.

Figura 5: Razões para a cessar os serviços financeiros informais



Fonte: FinScope, 2009

As instituições e esquemas do sector financeiro informal são adaptadas as circunstâncias económicas e sociais dos pobres. Estes agrupam-se em pequenos grupos de poupança e crédito informais que existiram por séculos (e existem até hoje) como forma alternativa de acesso a crédito e poupança. Os mecanismos de poupança rotativa, conhecidos como “ROSCAS” e ASCAS (Associação de Poupança e Crédito Cumulativo) são utilizados para os créditos destinados a consumo, produção e a poupança.

Estas associações de poupança mútua caracterizam-se basicamente pela existência informal de um grupo cujos membros contribuem com um determinado montante, numa base periódica, para um fundo comum. Este fundo é utilizado rotativamente por cada um dos membros, normalmente com taxa de juro nula ou bastante baixa, envolvendo um montante pecuniário

pequeno e de curto prazo. Este sistema facilita o acesso fácil e rápido ao crédito comparativamente ao sector formal devido a confiança pessoal em que assentam os esquemas. (Ducados & Ferreira, 1998; Oweeyet & Adenuga, 2005).

Para além de servir de intermediários financeiros, estas associações de crédito, também servem como mecanismos de socialização entre membros do grupo. Estas ligações sociais mostram de forma mais clara a dinâmica fundamental da sociedade em responder e enfrentar os problemas do dia-a-dia, com vista a superar os riscos relacionados com a insegurança financeira.

3 ESTRUTURA DAS RECEITAS

Este capítulo analisa a estrutura das receitas do agregado familiar ilustrando as principais fontes de receitas ao nível das zonas de residências, e analisa a estrutura das transferências monetárias segundo a fonte, a partir dos dados do IAF 2002/3 e IOF 2008/9.

Embora o nível de receitas dos agregados familiares não caracteriza automaticamente o seu bem-estar, elas são a potencial base para o seu nível de vida. O IAF 2002/3 e IOF 2008/09 fornecem informações das receitas monetárias e em espécie angariadas por cada um dos membros dos agregados familiares. A estrutura da receita é composta por receita do trabalho de conta de outrem, pelo trabalho de conta própria e das transferências monetárias.

Na estrutura das transferências monetárias, está incluída o xitique como uma das fontes das transferências monetárias, que cada membro do agregado familiar usa nas suas transacções financeiras. O que significa, que o xitique faz parte das fontes das receitas dos AFs.

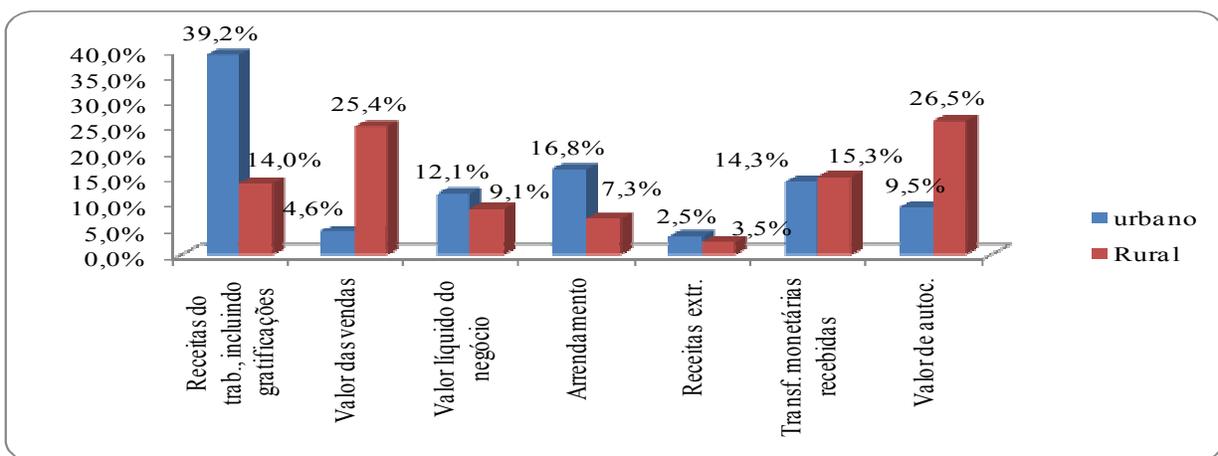
3.1 Nível e estrutura das receitas

O IAF 2002/3 mostra a estrutura da receita do agregado familiar agrupada em sete fontes principais de receita, conforme ilustra o Anexo 4, estes correspondem: (i) Trabalho, (ii) Valor líquido das vendas, (iii) Valor líquido dos negócios, (iv) Arrendamento, (v) Receitas extraordinárias (vi) Autoconsumo e (vii) Transferências monetárias recebidas. Constata-se que a principal fonte de receita dos AFs é o autoconsumo com um peso de 16,6% no total da receita e as transferências monetárias recebidas com 14,6% que representam cerca de 31,2% do total das receitas. Em segundo lugar seguem as receitas provenientes do trabalho, que inclui receitas monetárias, em espécie e gratificações, com um valor total de 526 meticais, o que corresponde um peso de 29,3% no total da receita. No entanto, o xitique tem um peso de 1% na receita total. A receita total estimada é de 1.799,6 meticais.

Curiosamente já para o IOF 2008/9 a estrutura da receita alterou, esta é composta por quatro categorias conforme mostra o Anexo 5: (i) Autoconsumo; (ii) Valor líquido; (iii) Receitas extraordinárias; (iv) transferências monetárias recebidas e (V) Pequenos negócios do agregado familiar⁸. O que aprior não permite fazer uma análise comparativa das fontes de receitas nos dois períodos em análise. A principal fonte de receita do AFs provem do valor líquido do arrendamento ao contribuir com mais de 50%, seguido das transferências monetárias recebidas com um peso de 15% das receita total. No entanto, o xitique tem um peso de 3% no total da receita.

A Figura 6 mostra a estrutura de receitas por áreas de residência em 2003. Nas áreas rurais, a receita do trabalho por conta própria, que inclui o valor das vendas de produtos produzidos pelo agregado, valor líquido de negócio e autoconsumo, correspondem a um peso de 61% do total das receitas, enquanto nas áreas urbanas, este valor é apenas de 26,1%, dado que o valor do autoconsumo nas áreas rurais é superior em relação nas áreas urbanas. Por seu turno, as transferências monetárias recebidas tanto nas áreas urbanas e rurais estão quase ao mesmo nível chegando aos 14%.

Figura 6: Estrutura da receita por área de residência, 2003

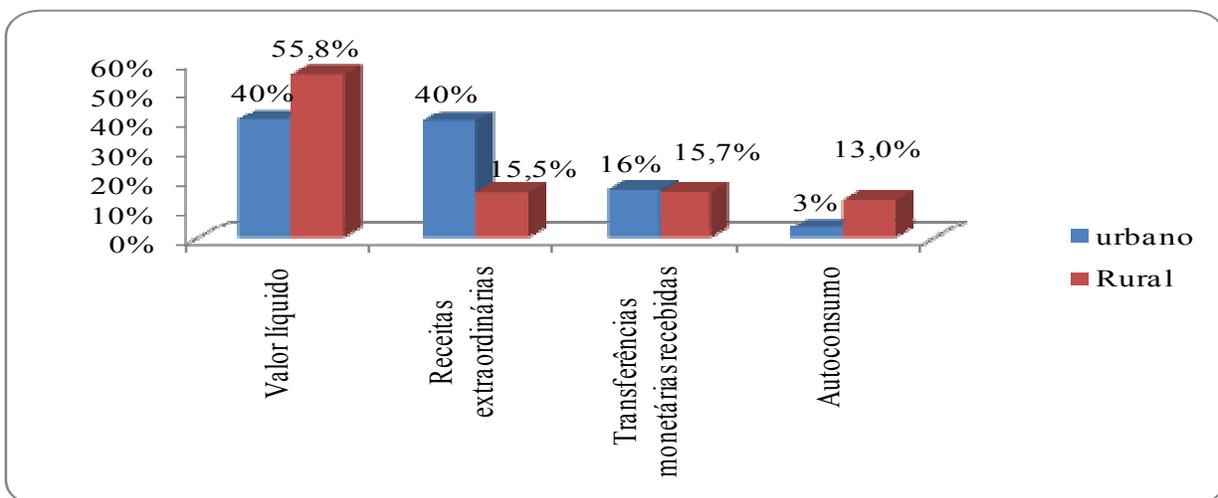


Fonte: IAF, 2002/3

⁸ Neste trabalho não foi incluída a receita dos pequenos negócios porque os dados que foram coletados no terreno não estão claros, o que dificultou o cálculo do lucro, pois alguns têm valores negativos e não está especificado com clareza o valor das despesas do negócio e as vendas dos produtos.

Entretanto, a estrutura da receita de 2009, difere da estrutura da receita de 2003 conforme ilustra a Figura 7. Percebe-se que as Transferências Monetárias Recebidas (TMR) têm um peso significativo no total da receita do agregado familiar tanto nas áreas urbana como rural, o que correspondem o grau de dependência dos AFs para superar as suas dificuldades financeiras em tempos de crises, garantindo a sua sobrevivência.

Figura 7: Estrutura da receita por área de residência, 2009



Fonte: IOF, 2008/9

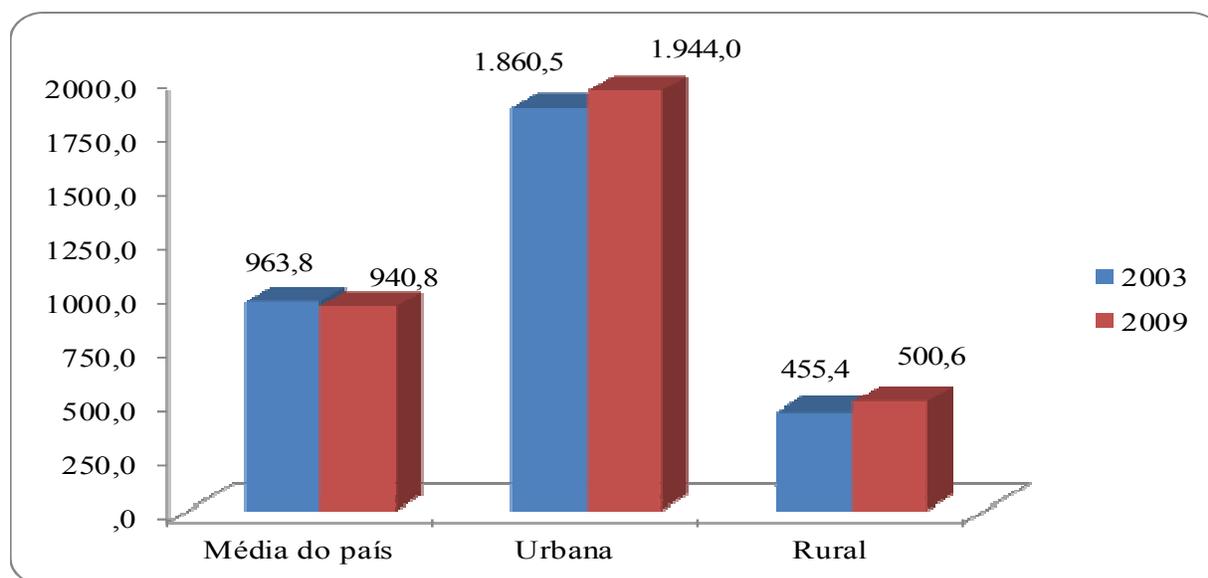
3.2 Estrutura das transferências monetárias

As transferências monetárias referem-se aos fluxos financeiros e materiais que cada membro do agregado familiar recebe (transferências recebidas) ou paga (transferências pagas). Os IAF 2002/3 e IOF 2008/9 mostram as várias fontes das transferências monetárias pagas e recebidas por cada membro do agregado familiar.

3.2.1 Transferências Monetárias Pagas (TMP)

As transferências monetárias pagas é composto por: (i) Pensão de divórcio; (ii) Pensão de alimentação; (iii) Juros pelos empréstimos; (iv) Transferências para estrangeiro; (v) Transferências para clubes, partidos e associações; (vi) Instituições sem fins lucrativos e religiosas; (vii) Xitique e; (viii) Outras transferências monetárias⁹. O valor médio das transferências monetárias pagas por cada membro do AFs em 2009 foi de 940,8 meticais. Este valor foi menor ao apurado em 2003 (963,8 meticais).

Figura 8: Transferências monetárias pagas por área de residência, 2003-9 (em meticais)



Fonte: IAF 2002/3 & IOF 2008/9

A Tabela 1 ilustra o volume médio de contribuição feita por cada membro de agregado familiar nas diferentes fontes de TMP (Transferências Monetárias Pagas) entre 2003 e 2009. Nota-se que o maior valor pago nas transferências monetárias por cada membro de agregado familiar foi

⁹ Estas correspondem transferências monetárias não especificadas pelos agregados familiares, isso revela que, os agregados familiares desenvolvem outros tipos de transferências monetárias.

em: xitique, outras transferências monetárias, transferências ao estrangeiro e empréstimos cujo este aumento em 34,6 meticais em 2009 em relação ao 2003.

Tabela 1: Estrutura das transferências monetárias pagas 2003-09

Transferencias Pagas	2003		2009	
	Meticais	%	Meticais	%
Pensão de divórcio	2,3	0,3	1,1	0,1
Pensão de alimentação	44	5,3	17,3	1,8
Juros e empréstimo (incl. Pagamento por Leasing)	84,4	10,2	119,1	12,7
Transferência para o estrangeiro	114,3	13,7	71,9	7,7
Clubes, partidos, associações	1,7	0,2	3,4	0,4
Instituições sem fins lucrativos e religiosas	44,6	5,4	36,5	3,9
Xitique	108,7	13,1	225,2	24
Outras transferências	431,2	51,9	465,7	49,5
Total	831,3	100	940,3	100

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

No entanto, observa-se que, a componente das outras transferências, registou maior crescimento em relação as restantes componentes das TMP nos períodos em análise. Este dado revela que as famílias têm cada vez mais criado ou adoptado outros MIPS (Mecanismos Informais de Protecção Social), com vista a fazer face as suas necessidades de insegurança financeira. Por outro lado, a contribuição na pensão de divórcio não registou nenhum aumento. Por seu turno o xitique pago cresceu de 13,1% em 2003 para 24% em 2009 (um aumento em 10,9%), enquanto a transferência para o estrangeiro baixou de 13,7% em 2003 para 7,7% em 2009.

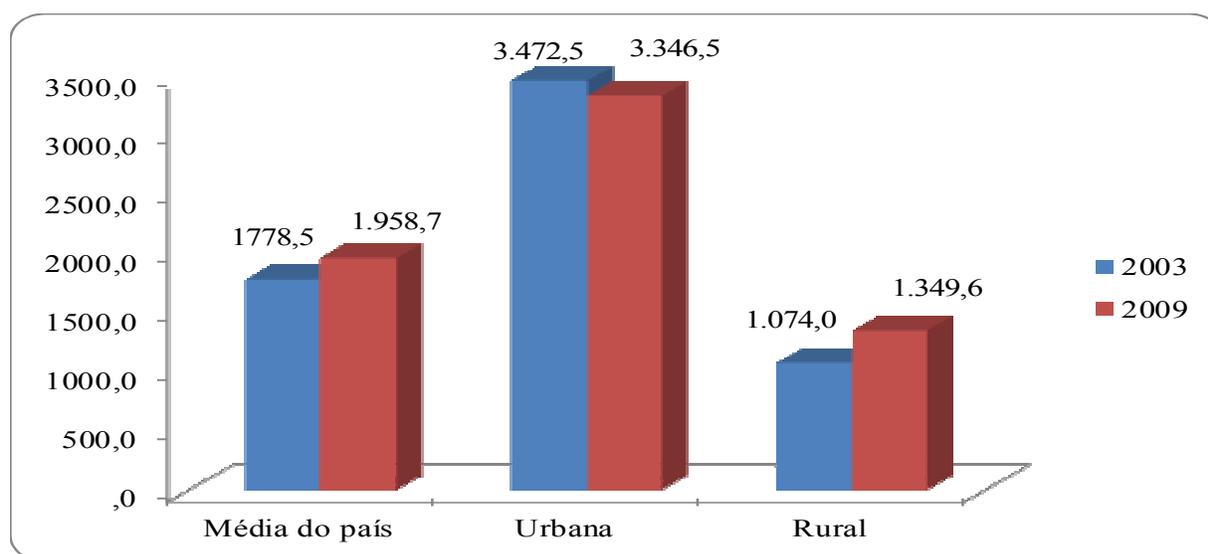
3.2.2 Transferências Monetárias Recebidas (TMR)

As transferências monetárias recebidas é composto por : (i) Pensão de reforma; (ii) Pensão de divórcio; (iii) Pensão de sangue (viuvez); (iv) Pensão de alimentação; (v) Juros de bancos ou de devedores; (vi) Seguros; (vii) Dinheiro recebido de instituições sem fins lucrativos e religiosas; (viii) Valor em espécie recebido de instituições sem fins lucrativos e religiosas; (ix) Dinheiro recebido de familiares que vivem fora do agregado; (x) Valor em espécie recebido de familiares

que vivem fora do agregado; (xi) Dinheiro recebido de familiares que trabalham no estrangeiro; (xii) Valor em espécie recebido de familiares que trabalham no estrangeiro; (xiii) Xitique e; (xiv) Outras transferências monetárias.

As TMR (Transferências Monetárias Recebidas) têm um peso significativo nas receitas totais dos agregados familiares, a estrutura delas apresenta uma grande disparidade, nestes mecanismos informais de protecção social. A tabela abaixo mostra que o valor recebido em 2003 por cada membro do AFs nas zonas urbanas foi de 3.472,5 meticais, superior em cerca de 126 meticais do valor nas zonas rurais no igual período.

Figura 9: Transferências monetárias recebidas por área de residência 2003-9 (em meticais)



Fonte: IAF 2002/3 & IOF2008/9

A Tabela 2 ilustra o valor médio recebido das TM por cada membro de agregado familiar. Verifica-se que o maior apoio que este recebe vem da família, onde em 2009 o valor chegou aos 1.073,3 meticais, o que reflecte um crescimento de 127% em relação ao 2003. No entanto, o valor total do xitique em 2003 foi de 119 meticais, e 168,5 meticais em 2009, o que corresponde um aumento em 49,5 meticais.

Tabela 2: Estrutura das transferências monetárias recebidas, 2003-09

Transferências Recebidas	2003		2009	
	Meticais	%	Meticais	%
Pensão de reforma	277,1	15,6	248,9	12,7
Pensão de divórcio	11,2	0,6	2,5	0,1
Pensão de sangue (viuvez)	12,1	0,7	11	0,6
Pensão de alimentação	37,6	2,1	22,9	1,2
Juros do banco ou dos devedores	230,6	12,9	36,1	1,8
Seguros	0,4	0	2	0,1
Dinheiro recebido pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas	16,9	0,9	15,7	0,8
Valor em espécie oferecido pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas	21,4	1,2	27,6	1,4
Dinheiro recebido de familiares que vivem fora do agregado	363,1	20,4	305,7	15,6
Valor em espécie recebido de familiares que vivem fora do agregado	212,8	11,9	350,9	17,9
Dinheiro recebido de familiares que trabalham no estrangeiro	170,1	9,5	269,5	13,8
Valor em espécie recebido de familiares que trabalham no estrangeiro	99,1	5,6	147,2	7,5
Xitique	119	6,7	168,5	8,6
Outras transferências recebidas	210,2	11,8	349,5	17,8
Total	1.781,6	100	1.958,0	100

Fonte: IAF 2002/3 e IOF 2008/9

Entre 2003 e 2009 verifica-se que o maior valor das TM que cada membro do AFs recebeu vem das seguintes fontes: o dinheiro e valor em espécie recebido de familiares que vivem fora do agregado que cresceu de 32,3% para 33,5%; dinheiro e valor em espécie recebido de familiares que vivem no estrangeiro com peso de 21,3% do total das TMR em 2009 e o xitique com apenas 8% do peso no total das TMR. Este facto, mostra a importância dos laços que as famílias conseguem estabelecer e manter com os seus membros, que possibilitam o aumento do seu rendimento.

Estes dados mostram que os sistemas de apoio social informal baseiam-se fundamentalmente nas relações de parentesco dentro da família, o que significa que os indivíduos que perderam estes laços familiares imediato dificilmente encontram apoio em momentos de dificuldades.

Outro ponto a salientar, é o seguro¹⁰ que não registou nenhum crescimento nos dois períodos em análise, onde cerca de três pessoas em 2003 receberam algum valor de seguro, e em 2009 seis. Este facto explica que a população não recorre a este tipo de serviço pois, maior parte desses possuem baixo rendimento e ao mesmo tempo não tem conhecimento da sua importância, principalmente nas zonas rurais. Enquanto que, para as zonas urbanas a sua procura continua ainda muito reduzida¹¹.

¹⁰ Assim como o estudo da FinScope 2009, mostra que a maioria dos agregados familiares não tem recorrido a este tipo de serviço, onde cerca de 12,3% dos AF's ao nível nacional tem conhecimento do que se trata desse serviço, tanto a nível urbano assim como rural (De Vletter, Lauchande e Infante, 2009).

¹¹ De Vletter, Lauchande, e Infante 2009.

4 O XITIQUE COMO MECANISMO DE MITIGAÇÃO DE RISCO

O objectivo deste capítulo é identificar as potencialidades que o xitique oferece para a redução do risco associado a insegurança financeira, usando os dados da FinScope 2009 Moçambique.

4.1 Perfil do xitique

O xitique é uma prática de longa tradição em Moçambique, quer nas zonas rurais, quer nas urbanas, e funciona como estratégias de sobrevivência para lidar com situações de crises de segurança alimentar, e como sistemas de poupança e apoio financeiro (Cruz, 2002:4).

Apalavra “xitique”, deriva do Tsonga uma língua do Sul de Moçambique que significa “poupança”. E, é ainda hoje utilizado em todo o país. Na África Ocidental é conhecido por Tontine – do nome do Sr. Tonti, financeiro italiano do século 15 (ICC, 2008).

Esta modalidade de financiamento aumentou nos primeiros anos da independência, com a transformação do papel das redes tradicionais de entre-ajuda e com a crescente monetarização. É um sistema simples de um grupo de pessoas que acordam contribuir dentro da periodicidade previamente definida (diária, quinzenal, mensal, trimestral, entre outros) com um determinado valor idêntico para todos, o valor das contribuições é entregue rotativamente a um dos membros do grupo. Nem sempre a contribuição é monetária, podendo ser em bens materiais (utensílios domésticos, panos, entre outros).

Contudo, em casos especiais (doença, morte, casamento, entre outros) podem ser abertas excepções à escala dessa rotatividade, desde que haja acordo entre os membros do grupo, consituindo um ponto de partida para formas mais desenvolvidas de associativismo (Silva, 2002:4). Entretanto, existem dois tipos de xitique: o grupo de xitique, e o xitique de cartão ou xitique geral. O xitique de cartão foi identificado no início de 1990 nos mercados da periferia da Cidade de Maputo, uma ideia importada da África do Sul (De Vletter, 2001). Os xitiques de

cartões concedem crédito ou adiantamentos aos seus clientes sobre os depósitos do mês, havendo casos em que o empréstimo pode atingir uma maturidade superior a um mês.

No xitique cartão não há relações sociais de grupo. O dono do xitique ou tesoureiro oferece à população um serviço de captação diária da poupança próximo do cliente. Os depósitos são colectados pelo dono do xitique (em casa, no mercado - o que facilita o depósito para pessoas sem condições de fazerem depósitos diários nos bancos) e são registados numa ficha com 31 diviões, uma para cada dia do mês. Ao fim de 31 dias, o depositante recebe os seus depósitos de volta, menos o equivalente a uma poupança diária, que fica como remuneração do dono do xitique. Isto representa um custo de serviços de “guarda de dinheiro”, equivalente a 33% mensal (1/30) ou seja cerca de 40% anual (ICC 2008:8).

O xitique de cartão é um sistema muito flexível e adaptável às possibilidades dos clientes: se indivíduo não contribui uns dos dias, poderá pagar no dia seguinte, ou simplesmente as faltas serão descontadas da devolução no fim do ciclo (ICC 2008). Constatase que, uma pessoa pode ter vários cartões, cada um com o seu valor de depósito e o seu uso planificado. O xitique de cartão permite (através de poupança forçada), aos membros acumularem dinheiro para os gastos de mercadorias e outros negócios relacionados que podem ser pagos no final de mês. Neste contexto o xitique de cartão, também impede os cônjuges dos membros (principalmente homens) de acessar parte das receitas do dia, bem como resistir à tentação de comprar pequenos itens desnecessários (De Vletter, 2001).

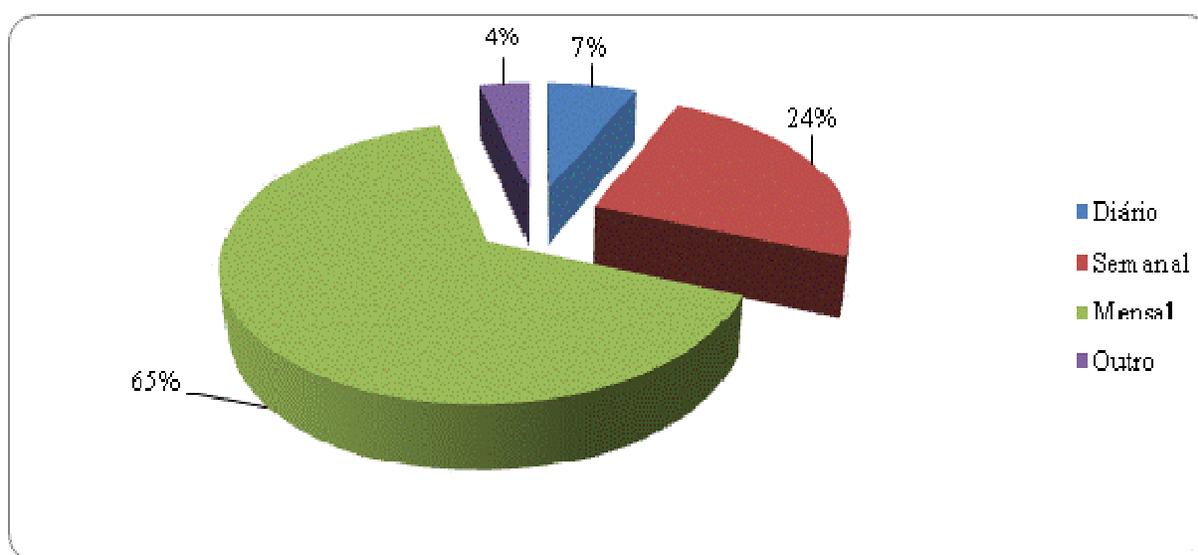
No entanto, o xitique cartão é muitas vezes comparado com os agiotas. Diferentemente do xitique, os agiotas são indivíduos que facilitam empréstimos aos outros indivíduos, mediante uma taxa de juro e prazo fixado para o desembolso do valor aplicado pelo agiota.

Em alguns casos o xitique é também adoptado como forma de encontro, isto é, uma forma que as famílias alargadas encontram para reunir todos os membros das famílias, já que esta actividade obriga que uma vez em cada período determinado pelo grupo, estes encontrem-se para um convívio, permitindo união dos participantes.

4.2 Funcionamento do xitique

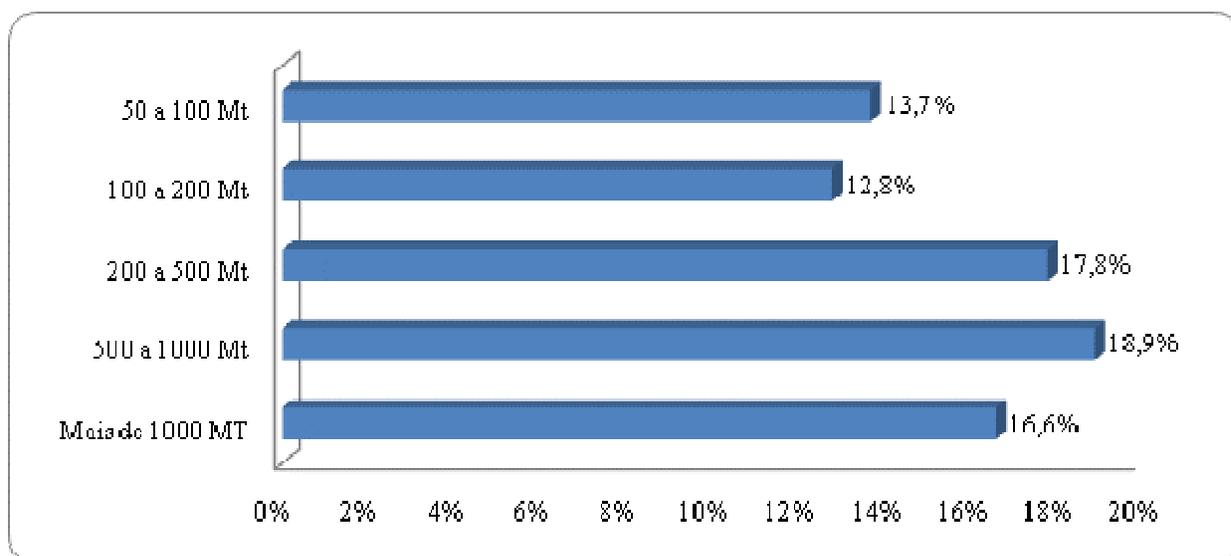
As contribuições do xitique envolvem frequentemente grupos de indivíduos que exercem a mesma actividade e nutrem uma certa confiança entre si. Cerca de 65% dos que o praticam, fazem uma contribuição mensal, dos quais apenas 7% faz uma contribuição diária. No que respeita ao valor da contribuição, este varia dependendo de acordos estabelecidos entre os membros dos grupos, onde cerca de 17,8% contribuem entre 200 a 500 meticais, sendo que 18,9% pagam 500 a 1000 meticais e 16,6% contribui acima de 1000 meticais conforme ilustra a Figura 10 e 11. Isso mostra que o xitique desempenha um papel fundamental na dinâmica de poupança, uma vez que estes canalizam uma boa parte destes valores para a compra de bens duráveis.

Figura 10: Ciclo de contribuição do xitique



Fonte: FinScope Moçambique, 2009

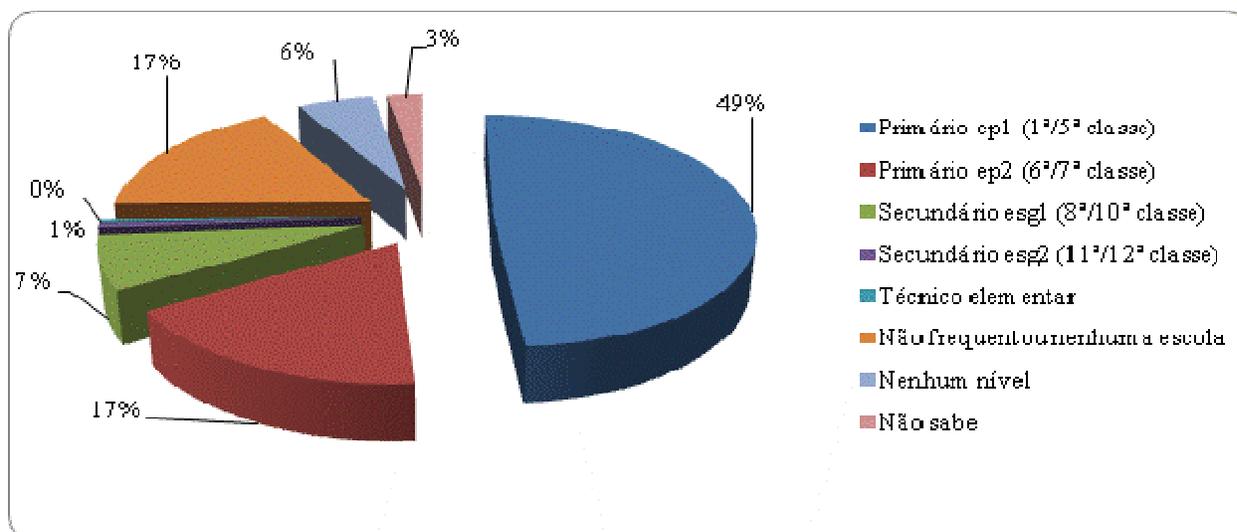
Figura 11: Contribuição do xitique por pessoa



Fonte: FinScope Moçambique, 2009

No entanto, 49% da maioria da população adulta que pratica esta actividade apenas tem nível primário, conforme mostra a Figura 12, e 1% com nível médio completo. O que constata-se que o xitique é uma actividade exercida pelo grupo de indivíduos com menor recurso, que não dispõem de rendimentos suficientes para poder ter acesso a um sistema financeiro formal.

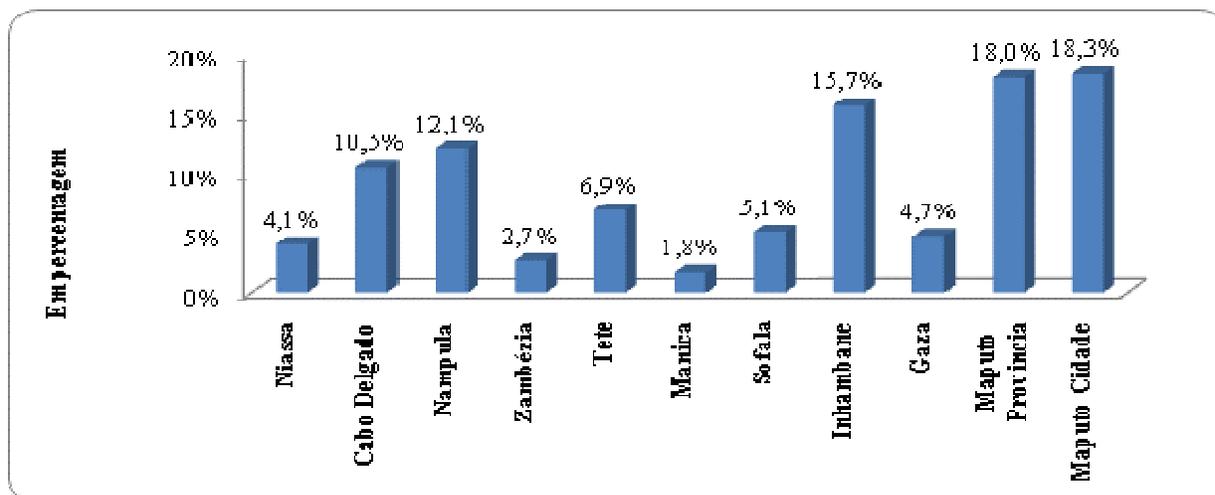
Figura 12: Participação no xitique por nível de educação



Fonte: Finscope, 2009

A Figura 13 mostra que o xitique é mais praticado na zona Sul, com destaque para a província e cidade de Maputo (18,3%), para a região Norte a província de Nampula (12,1) é que se destaca com maior incidência, mostrando que o xitique está cada vez mais ganhando espaço no seio da população. Apenas 2,7% da população da província da Zambezia pratica o xitique.

Figura 13: Participação do xitique ao nível nacional



Fonte: FinScope, 2009

A Tabela 3 mostra que o xitique é mais praticado por mulheres, mas isso varia por cada província. Na zona Sul, esta actividade é mais exercida por mulheres¹², no entanto, tal situação já não se verifica para outras zonas do país, com destaque para a província da Zambézia (83,3%), Tete (79,9%) e Sofala (54,5%) sendo os homens os mais envolvidos nesta actividade. Essa tendência na evolução dessa actividade ao nível do género mostra que o xitique não é só uma actividade exercida por mulheres, os homens também estão adoptando esta prática na sua estratégia de sobrevivência.

¹² Como estudo da Dava, Low e Matusse (1998) mostra a predominância dessa prática exercida pelas mulheres na zona sul.

Tabela 3: Nível de participação do xitique segundo género ao nível das províncias (%)

Província	Homem	Mulher
Niassa	78,9	21,1
Cabo Delgado	44,2	55,8
Nampula	45,9	54,1
Zambézia	83,8	16,2
Tete	79,9	20,1
Manica	33,6	66,4
Sofala	54,5	45,5
Inhambane	28,5	71,5
Gaza	46,3	53,7
Maputo Provincia	41,3	58,7
Maputo Cidade	39,4	60,6
Media nacional	47,6	52,4

Fonte: FinScope 2009

4.3 Potencialidades e limites do xitique na redução dos riscos associados a insegurança financeira

A Tabela 4 apresenta as percentagens totais de adultos ao nível das regiões que usam diferentes serviços financeiros informais para canalizarem as suas poupanças. Mostra-se que a maioria da população canaliza suas poupanças através do xitique, enquanto 2,2% da população da região do Sul poupa através do xitique geral. Nota-se que o xitique geral é uma prática na região Sul, e um pouco no centro (1,2%).

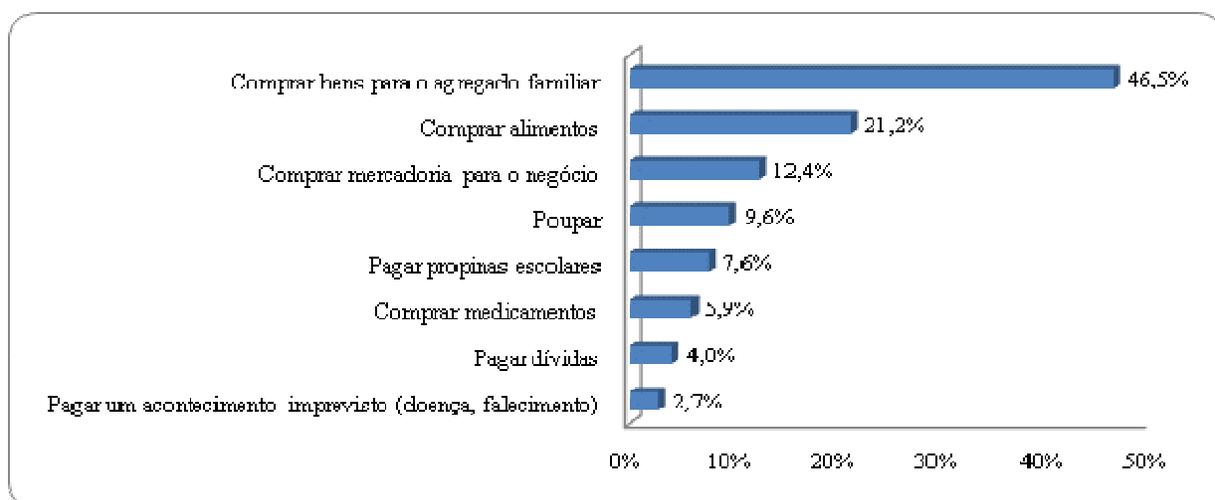
Tabela 4: Xitique como mecanismo de canalização de poupança

Mecanismo de poupança e crédito informal	Norte	Centro	Sul
Cooperativas de Crédito	-	-	0,8%
ASCA	1,1%	1,1%	-
Grupo de Xitique	25,8%	17,4%	31,8%
Xitique geral	-	1,2%	2,2%

Fonte: FinScope, 2009

Cerca de 46,5% do valor adquirido com o xitique é utilizado no orçamento familiar, para a compra de bens duráveis para o agregado familiar, conforme ilustra a Figura 14. Apenas 21,1% destina-se a compra de alimentos, significando que o xitique é utilizado como complemento do orçamento familiar, e apenas 9,6% do valor do xitique destina-se para poupança. Observa-se que um pequeno valor do xitique é destinado para um evento inesperado (2,7%). Isso explica que o valor do xitique é usado para as actividades planificadas, isto é, despesas que os indivíduos planificam para a compra dos seus bens, que de uma vez só não seria possível comprar.

Figura 14: Finalidade do xitique



Fonte: FinScope, 2009

Neste contexto, constata-se que o xitique desempenha um papel fundamental no orçamento familiar. Este existe e sobrevive num ambiente de grandes dificuldades, onde por um lado, destaca-se a sua persistência quando os indivíduos enfrentam problemas económicos no dia-a-dia; por outro lado, o xitique traduz um forte empenhamento social dos seus membros pois, o compromisso de o fazer é levado a sério pelos membros integrados no grupo, dado que o sucesso desta prática rotativa de poupança e crédito depende do compromisso e da confiança mútua.

No entanto, o funcionamento do xitique apresenta limitações, devido a dificuldade de atingir uma redução geral da pobreza, e a sua inabilidade de atrair fundos suplementares e providenciar acumulação de capital no longo prazo. Esta prática é somente acessível aos indivíduos que tem recursos financeiros suficientes para fazer parte do grupo, o que revela que este, exclui aqueles que não tem recurso para serem integrados no grupo. Mas isso, não tira o mérito que o xitique tem em providenciar serviços financeiros para aqueles que não têm acesso as instituições bancárias pertencentes ao sector financeiro formal e em promover a solidariedade entre os membros do grupo.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou os Mecanismos Informais de Protecção Social em Moçambique dando ênfase ao papel do xitique na mitigação dos riscos a insegurança financeira e social.

Na análise da estrutura das transferências monetárias (pagas e recebidas), constatou-se os diversos tipos de mecanismos de protecção social que cada membro do AFs recorre para as suas transacções financeiras. O xitique como fonte de transferência monetária tem um peso menor em relação as outras componentes das transferências monetárias, tanto as transferências pagas, como as transferências recebidas. Constatou-se que, o maior valor pago nas transferências monetárias pagas (TMP) por cada membro de agregado familiar nos períodos em análise foi: a componente das outras transferências (que atingiu 465,7 meticais em 2009), o xitique (225,2 meticais, o que corresponde a um peso de 24% no total das transferências pagas) e transferências para o estrangeiro (71,9 meticais, o que corresponde a um peso de 7,7%).

Enquanto nas transferências recebidas (que compõem também as fontes das receitas dos membros dos agregados familiares), percebe-se que o maior valor adquirido por cada membro do agregado familiar vem do apoio familiar. O que revela que a família é a fonte principal de apoio dos membros dos AFs em situação de crise, facto que revela a fortificação de laços que os AFs mantêm, o que cria mais oportunidades aos mesmos na superação de dificuldades que enfrentam, principalmente relacionadas à insegurança financeira e social. Deste modo, percebe-se que o xitique como fonte de transferências monetárias tem um impacto menor na estrutura das transferências monetárias, e consequentemente nas receitas dos AFs.

Relativamente a análise do xitique, os resultados obtidos evidenciaram a contribuição do xitique tem em criar incentivos de poupança, dos quais cerca de 46,5% dos participantes do xitique, usam como via de poupança para poder adquirir bens duráveis em curto espaço de tempo. Nesta perspectiva, percebe-se que o xitique desempenha um papel importante como mecanismo informal de apoio financeiro, ao servir como via de poupança, contribuindo dessa forma para o aumento do rendimento das famílias, na medida em que permite fazer face as

necessidades básicas, bem como planificar suas despesas. Constatou-se que, por menor que seja a acumulação líquida obtida do xitique, ela faz uma grande diferença no orçamento das famílias que a praticam ao acrescentar uma nova receita.

Embora funcione a uma pequena escala, tem-se constatado que é uma actividade inovadora e criativa, ao desempenhar um importante papel económico e social na resolução dos problemas imediatos e em menor grau no longo prazo, ao estabelecer a integração social do grupo através das relações sociais que nele se estabelecem. Assim confirma-se a Hipótese 2.

Nesta perspectiva, qualquer esquema que possa facilitar o desenvolvimento do hábito de poupança deve ser encorajado. O esquema em que acentua o xitique, baseia-se num incentivo comum capaz de atarir as pessoas de modo a criarem um fundo rotativo com vista a beneficiar os membros do grupo. Por isso, estudos ao nível micro devem ser estimulados para estimar o potencial de contribuição desse esquema para o conjunto da economia, bem como explorar melhor a evolução dos MIPS ao nível do país, dado que, os mecanismos informais de protecção social em Moçambique recobrem uma percentagem bem maior da população.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRIETOS, A. & HULME, D. 2008. Social Protection for the poor poorer and the Developing Countries: Reflections on the Quiet Revolution. *Working Paper 3*. Brooks World Poverty Institute. University of Manchester.

CRUZ, T. 2005. A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho: O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal- ASSOTSI. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho.

CRUZ, T. 2004. Solidariedades sociais e novos desafios: uma alternativa viável para as estratégias de mitigação aos impactos do HIV/SIDA nas zonas rurais em Moçambique? *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra.

CRUZ, T. 2002. Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: o caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp. 75-89.

DAVA, G., LOW J. e MATUSSE C. 1998. Mecanismos de Ajuda Mútua e Redes Informais de Protecção Social: Estudo de Caso das Províncias de Gaza e Nampula e a Cidade de Maputo. *In Pobreza e Bem Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional*. Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD). Maputo.

DE VLETTER, F., LAUCHANDE, C. and INFANTE, E. 2009. *FinScope Mozambique Survey 2009 –Survey Report*. Maputo: AustralCowl.

_____. *Inquérito Fiscope Mozambique*. 2009. FinMark Trust. Maputo: Austral Cowl.

- DE VLETTER, F. 2001. Microfinance in Mozambique: Are Donors Promoting Regional Feminisation of Poverty? International Labour Organization (ILO). Southern Africa Multidisciplinary Advisory Team (ILO/SAMAT). HARARE, ZIMBABWE.
- DUCADOS, H. & FERREIRA, M. 1998. O Financiamento Informal e as Estratégias de sobrevivência das mulheres de Angola: a kikila no município do Sambizanga (Luanda). Documento de trabalho n°53, CEAs, Lisboa.
- FELICIANO, J., LOPES, C. e RODRIGUES, C. 2008. *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*. João do Estoril: Principia. Lisboa.
- FRANCISCO A. & PAULO M. 2006. *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Cruzeiro do Sul e Centro de Estudos Africanos.
- FRANCISCO, A. 2009. Bazarconomia da Protecção Social em Moçambique na Primeira Década do Século XXI: Venenos do passado, remédios do presente, futuro enfeitado? *II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE): Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*. Maputo.
- FRANCISCO, A. 2010. Mocambique: protecao social no contexto de um estado falido mas não falhado. In *Protecao Social: Abordagens, Desafios e Experiencias para Mocambique.2010*. Brito, L et all. IESE (Institute do Estudo Sociais e Económicos). Maputo.
- FRANCISCO A., ALI R. e IBRAIMO Y. 2011. Protecção Social Financeira e Demográfica: Desafios para uma Segurança Humana Digna em Moçambique. In *Desafios para Moçambique 2011*. Brito, L., Castel-Branco, C. e Francisco, A. IESE (Institute do Estudo Sociais e Económicos). Maputo.

FOX, B. 2011. Employment and Job creation in Mozambique. Apresentação no seminário sobre Crescimento Transformação e Empregos. Maputo.

INE (Instituto Nacional de Estatística). 2002. *Inquérito aos agregados familiares sobre Orçamento Familiar 2002-3*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE (Instituto Nacional de Estatística). 2008. *Inquérito sobre Orçamento Familiar 2008-9*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE (Instituto Nacional de Estatística). 2006. *Resultados do Primeiro Inquérito Nacional ao Sector Informal (Infor 2004)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, www.ine.gov.mz.

INE (Instituto Nacional de Estatística). 2007. *3º Censo 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, www.ine.gov.mz.

ICC. 2008: Introdução as Microfinanças de Riscos em Microfinanças.

MPD (Ministério Da Planificação e Desenvolvimento). 2010a. *Crescimento populacional e desenvolvimento sócio-económico em Moçambique*. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP).

MPD (Ministério da Planificação e Desenvolvimento). 2010b. *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP), www.mpd.gov.mz.

OWEYET, T. & ADENUGA, O. 2005. Economic and Social Issues In Rural Informal Savings and Credit Associations: Lessons for Reform In Rural Credit Schemes in Nigeria. *A working paper*. Department of Economics. University of Ado-Ekiti. Nigeria.

- TVEDTEN, I.PAULO, M. e ROSÁRIO, C. 2006. “Opitanha” Relações Sociais da Pobreza Rural no Norte de Moçambique. *Discussion paper N° 34P*. DNEAP (Direcção Nacional da Planificação e Desenvolvimento).
- TVEDTEN, I.PAULO, M. e ROSÁRIO, C. 2007. ”Xiculungo” Relações Sociais da Pobreza Urbana em Maputo, Moçambique. *Relatórios CMI*.
- TIRYAKI, G. 2008. A informalidade e as flutuações na atividade económica. Instituto de Pesquisa Económico da FEA-USP. São Paulo, Brasil.
- PSICO, J. 2010. *Microfinanças: solução para o combate à pobreza*. Escolar Editora. Lisboa.
- SALAZER, M. 2011. Public works schemes for youth employment. Apresentação no seminário sobre Crescimento Transformação e Empregos. Maputo.
- SELVESTER, K. & LOURDES F. 2006. Vulnerability analysis: Time trends and Programmatic Implications. *WFP*. Maputo.
- QUIVE, S. 2009. Sistemas formais e informais de protecção social desenvolvimento em Moçambique. *II Conferência IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique”*. Paper N°43. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoII/Sistemas_formais_e_informais_Samuel_Quive.pdf. (Acedido a 25.06.2010).
- QUIVE, S. & GONCALVES P. 2005. *Sistemas Informais de Segurança Social em Desenvolvimento*. Fundação Friedrich Ebert. Maputo, Moçambique.
- QUIVE, S. 2007. *Protecção Social em Moçambique: Uma rede furada de protecção social*. Maputo: DIEMA.
- PNUD. 2010. *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique de 2010*, www.undp.org.mz

Anexos

Anexo 1: Formas de redes informais de segurança em Moçambique

DEMONINAÇÃO	REGIÃO ou Província	NATUREZA E CARACTERÍSTICAS	CONTRIBUIÇÕES
Xitique / Stiqui	Sul e Centro	Mais conhecido como uma forma de poupança e crédito informal, muito usado na área de micro-finanças que não inclui o conceito de juros Também pode ser visto como parte dos chamados fundos solidários entre os intervenientes. Isto porque, em várias situações, os intervenientes recebem uma parte do valor da contribuição em situações de carências sociais. O Xitique é uma contribuição de carácter voluntária de poupança dos membros, que funciona de forma rotativa e varia consoante os acordos estabelecidos quanto a periodicidade. As contribuições envolve frequentemente grupos de indivíduos que exercem a mesma actividade e nutrem uma certa confiança entre si. O tamanho dos grupo varia entre dezenas de indivíduos ou menos, mas também pode envolver um número que ultrapassa uma dezena. A pessoa a quem cabe a vez de receber o financiamento, usa-o normalmente para adquirir bens duráveis ou bens que exigem um esforço financeiro que os seus rendimentos não permitem cobrir de uma única vez, embora não sejam de excluir outras opções.	Numerário: Diário, semanal ou mensal. As quantias são préestabelecidas, podendo variar de 10, 25, 50 ou 200 mil, até valores mais elevados.
(Male) Yakulahlana	Províncias de Maputo, Gaza e Cidade de Maputo	Espécie de fundo solidário, organizado por grupos de pessoas que vivem no mesmo bairro ou local de trabalho, ou a nível das famílias. As contribuições são geralmente reduzidas e são disponibilizadas aos membros para eventos sociais (fundamentalmente funerais, mas podendo ser extensivos a casamentos, e outros).	Contribuição mensal ou circunstancial, em dinheiro
Nsongonssongo Kuphezana	Província de Sofala	Trata-se de uma contribuição organizada pró um grupo de pessoas que vivem no mesmo bairro ou trabalham no mesmo local, para a criação de um fundo de solidariedade que é disponibilizado aos membros para eventos sociais na sua maioria funerais, casamentos e/ou outras contingências da vida. Este fundo pode servir para apoiar o início ou relançamento duma actividade no sector informal.	Contribuições pontuais em dinheiro, serviços e espécie. O valor é variável, de acordo com o pré-estabelecido.
Odjanya Ossókela	Província da Zambézia	Trata-se também de uma contribuição organizada pró um grupo de pessoas que vivem no mesmo bairro ou trabalham no mesmo local, para a criação de um fundo de solidariedade que é disponibilizado aos membros para eventos sociais na sua maioria funerais, casamentos e/ou outras contingências da vida. Este fundo também pode servir para apoiar o início ou relançamento duma actividade no sector informal.	Contribuições diárias, mensais ou circunstanciais. As contribuições podem ser dinheiro ou espécie.
KURHIMELA Equivalente em Nampula: THÔTHÔTHO	Província de Gaza	Actividade que consiste em um indivíduo necessitando de fontes de rendimentos (adicionais ou não) ofereça temporariamente e para uma actividade especifica a sua mão-de-obra a outrem em troca de dinheiro, limentos ou outros bens. Normalmente, trata-se de trabalho realizado em actividades agrícolas (lavoura, sacha, sementeira, colheita, etc.)	Numerário e Espécie
KURHIMELISSA Equivalente em Nampula:	Província de Gaza	Actividade que consiste em alguns agregados familiares necessitando de mão-de-obra adicional nas suas machambas, contratarem temporariamente e para um trabalho específico indivíduos a título particular para realizarem diversas actividades (lavoura,	Numerário e Espécie

THÔTHÔTHO		sacha, sementeira, colheita, etc.). É o Kurhimela, visto na óptica de quem contrata a mão-de-obra.	
KUTHEKELA	Província de Gaza	Actividade que consiste em que indivíduos de uma determinada aldeia onde haja escassez de alimentos emigrem para outras onde haja abundância para trabalharem temporariamente nas machambas em troca de alimentos.	Alimentos
GANHO-GANHO Equivalente em Nampula: PWATI (mais casual) GANHO-GANHO		Actividade que consiste em um indivíduo necessitando de fontes de rendimentos (adicionais ou não) ofereça temporariamente e para um trabalho específico a sua mão-de-obra a outrem em troca de dinheiro, ormalmente, trata-se de trabalho realizado em qualquer área de actividades (agrícola, busca de água, abertura de poços, construção de casa, etc.) e geralmente é pago em dinheiro, embora não exclua outras formas de pagamento.	Numerário
TSIMA Equivalente em Nampula: NTIMO MUKHUMI		Actividade em que um indivíduo ou agregado familiar necessitando de mão-de-obra adicional em grande quantidade nas suas machambas ou outra área de actividade não agrícola convidam pessoas da comunidade, parentes ou não, a apoiarem na realização de um trabalho específico, tendo como recompensa a oferta de uma refeição conjunta e bebida (alcoólica ou não), a qual termina numa festa de confraternização entre os participantes.	Refeição conjunta acompanhada de bebidas alcoólicas ou apenas bebida
MATSONI/TSONI Equivalente em Nampula:HOLIMIHANA		Actividade que consiste em duas pessoas ligadas por relações de amizade troquem mão-de-obra nas suas machambas, isto é, alternam o trabalho nas suas machambas, acabando por ser trabalho pago por trabalho.	Mão-de-obra
XIVUNGA Equivalente em Nampula: HOLIMIHANA		Actividade que consiste em duas famílias ou dois indivíduos ligados por relações de amizade troquem mão-de-obra nas suas machambas, isto é, alternam o trabalho nas suas machambas, acabando por ser trabalho pago por trabalho . É o Matsoni denominado mais por Xivunga em Manjacaze.	Mão-de-obra
KUVEKELISSA Equivalente em Nampula:OVALIHA		Actividade em que um indivíduo ou agregado familiar entrega seus animais domésticos à guarda de outra família que não tenha tais animais e pretende iniciar a actividade de criação, ou a uma família que esteja especializada na criação de tais animais. Como recompensa, a pessoa que cuida dos animais tem direito a receber parte dos animais procriados durante o período em que esta relação decorrer.	Animais
KUVEKELISWA Equivalente em Nampula: OVALIHA		Kuvekhelissa, visto na óptica de quem recebe os animais para guarda.	Animais

Fonte:Francisco&Paulo,2006

Anexo 2: Lidando com dificuldades

Evento	Inundações destruindo a casa ou propriedade	Roubo, incêndio ou destruição de casa/ propriedade	Seca	Perda de emprego do assalariado principal do agregado familiar	Doença ou acidente em que o assalariado principal nunca mais pode trabalhar	Doença grave ou acidente de um membro do agregado familiar
Vender bens/ vender produtos agrícolas/gado	7,8	11,7	8,5	2,8	5,9	8,3
Levantar as poupanças no banco	2,3	2,8	1,2	1,5	1,8	2,3
Cortar de despesas do agregado familiar	6,4	9,6	3,2	2,3	3,1	5,0
Pedir dinheiro emprestado à familiar/amigo	12,3	19,2	9,7	7,0	11,6	14,5
Pedir dinheiro emprestado ao empregador	1,5	1,8	0,8	0,9	0,2	1,4
Pedir dinheiro emprestado a um agito	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4
Pedir empréstimo ao banco	1,6	1,9	0,8	0,7	0,7	0,8
Pedido de assistência a grupos religiosos	5,0	6,1	4,9	2,5	3,4	4,2
Pedido de donativos	12,1	8,8	11,4	1,7	1,9	2,6
Reclamar o seguro	0,4	0,5	0,3	0,2	0,3	0,0

Fonte: De Vletter, Lauchande, e Infante 2009

Anexo 3: Lidando com eventos esperados

Estratégias/mecanismos	Casamento	Grande celebração	Nascimento de uma criança	Despesas de ensino primário ou secundário	Despesas com universidade de um parente próximo
Vender bens/vender produtos agrícolas/gado	24,3	21,1	23,3	21,1	11,4
Levantar as poupanças no banco	4,9	4,3	4,5	4,9	3,8
Cortar as despesas familiares	9,8	8,9	11,0	9,8	4,9
Adiar planos para pagar outra coisa	4,7	4,8	5,6	4,7	2,4
Usar conta da família (conta partilhada por familiares)	1,8	2,3	2,4	2,0	0,9
Pedir dinheiro emprestado à família/amigo	21,0	20,3	21,3	17,8	11,3
Pedir dinheiro emprestado aos membros de xitique	0,8	0,7	0,8	0,9	0,6
Pedir dinheiro emprestado ao empregador	1,4	1,4	1,4	1,4	1,2
Pedir dinheiro emprestado a um agiota	0,2	0,1	0,7	0,6	0,3
Pedir empréstimo a um banco comercial, a uma instituição de Microfinanças ou a um micro banco	0,5	0,3	0,3	0,5	0,6
Pedir assistência a grupos religiosos	5,4	5,0	5,5	3,6	3,8
Pedir donativos	2,4	2,1	2,9	2,8	2,7
Reclamar o seguro	4,8	4,6	5,0	5,3	3,9

Fonte: De Vletter, Lauchande, e Infante 2009

Anexo 4: Receita mensal dos AFs, segundo a fonte (preços correntes) em 2003

Fontes das receitas	Total	urbano	Rural
Total	1.799,56	3.409,3	1.096,9
Receitas do trabalho, incluindo gratificações	526	1.337,3	153,9
Receitas em dinheiro do trabalho	500,5	1.278,9	142,1
Receitas em dinheiro do trabalho principal	450,9	1.207,5	121,0
Receitas em dinheiro do trabalho secundário	36,3	71,4	21,1
Receitas em espécie do trabalho	13,2	29,4	6,1
Receitas em espécie do trabalho - alimentação	4,3	6,1	3,5
Receitas em espécie do trabalho - alojamento	2,7	3,9	2,2
Receitas em espécie do trabalho - transporte	1,4	4,1	0,2
Receitas em espécie do trabalho - outros	4,9	15,3	0,3
Gratificações ou remunerações extraordinárias	12,8	29	5,8
Valor líquidos das vendas	241,1	155,5	278,5
Produtos agrícolas	158,8	81,4	192,6
Produtos pecuarias	27,7	31,2	26,1
Peixe, camarão e outro pescado	15,0	7,6	18,2
Alimentos, bebidas processadas	14,2	10,9	15,7
Vestuarios	1,2	3,3	,2
Lenha carvão	5,8	2,4	7,3
Produtos de artesanato	7,3	6,3	7,7
Material de construção (estacas, canico, blocos, etc)	5,2	4,4	5,6
Mel e produtos de caca	1,0	0,8	1
Outros	4,9	7	4
Valor líquido do negócio	194,8	412,3	99,9
Valor líquido do arrendamento	221,3	572,6	79,6
Arrendamento da casa	5,9	18,7	0,3
Arrendamento de terras agrícolas	0,8	1,9	0,4
Aluguer de carro	5,2	15,1	0,9
Renda estimada da casa própria	209,4	536,9	78,1
Receitas extraordinárias	55,27	119,93	27,07
Jogos de sorte (lotaria, totobola, rifa, etc.)	0,01	0	0,01
Herança	28,1	85,2	3,2
Outras receitas ocasionais	27,2	34,8	23,9
Transferências monetárias recebidas	262,1	489,1	167,6
Pensão de reforma	50,4	122,7	20,3
Pensão de divórcio	1,9	5,3	0,5
Pensão de sangue (viuvez)	1,1	3,4	0,1
Pensão de alimentação	6,3	17,5	1,7
Juros do banco ou dos devedores	28,6	37,1	25

Seguros	0,1	0,3	0
Dinheiro ferecido pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas	2,4	4,4	1,5
Valor em espécie oferecido pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas	3,4	0,9	4,5
Dinheiro recebido de familiares que vivem fora do agregado	45,9	108,7	19,8
Valor em espécie recebido de familiares que vivem fora do agregado	23,7	34	19,4
Dinheiro recebido de familiares que trabalham no estrangeiro	25,3	39	19,6
Valor em espécie recebido de familiares que trabalham no estrangeiro	14,3	23,2	10,6
Xitique	20,3	41,1	11,6
Outras transferências recebidas	38,3	51,2	33
Valor de autoconsumo	298,5	322,6	290,3
Fonte: IAF, 2002/3			

Anexo 5: Receita mensal dos AFs, segundo a fonte em 2009 (preços correntes)

Fontes das receitas	Total	urbano	Rural
Total	3.936,8	6.462,4	2.721,5
Valor de Autoconsumo	307	202,3	331,7
Valor liquid do arrendamento	1.982,8	2.459,9	1.419,4
Arrendamento da casa	457,1	1.876,3	61,3
Arrendamento de terras agrícolas	14,8	42,6	7
Aluguer de carro	874,9	0,9	1.118,7
Outros	0,1	0,5	0
Renda estimada da casa própria	635,9	539,6	232,4
Receitas extraordinárias	839,5	2433,5	395,0
Jogos de sorte (lotaria, totobola, rifa, etc.)	0,1	0,6	0
Herança	782,1	2324,5	352
Outras receitas ocasionais	57,3	108,4	43
Transferências monetárias recebidas	579,6	991,9	398,9
Pensão de reforma	82,4	176,9	41
Pensão de divórcio	0,7	2,2	0,1
Pensão de sangue (viuvez)	4,7	14,3	0,5
Pensão de alimentação	6,7	17,4	2,1
Juros do banco ou dos devedores	13,3	12,8	13,5
Seguros	0,4	0,5	0,4
Dinheiro ferecido pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas	4,6	6,3	3,9
Valor em espécie oferecido pelas instituições sem fins lucrativos e religiosas	11,3	8,6	12,5
Dinheiro recebido de familiares que vivem fora do agregado	87,1	122,5	71,6
Valor em espécie recebido de familiares que vivem fora do agregado	88,8	109,4	79,7
Dinheiro recebido de familiares que trabalham no estrangeiro	73,4	127,7	49,6
Valor em espécie recebido de familiares que trabalham no estrangeiro	49,7	55,8	47
Xitique	59,5	129,8	28,7
Outras transferências recebidas	97	207,6	48,5

Fonte: IOF, 2008/9

Anexo 6: Resumo do Inquérito do IAF 2002/3 e IOF 2008/9

O IAF 2002/03 e IOF 2008/09 são pesquisas junto aos agregados familiares, por amostragem, que recolhe informações sobre as despesas e receitas dos agregados familiares residentes no país, bem como recolhe dados sobre características demográficas, educação, saúde, emprego, características das habitações e indicadores de pobreza. Esta informação serve de suporte para a formulação de políticas e programas sectoriais do Governo, como também fornece dados socio-económicos indispensáveis para o acompanhamento da evolução das condições de vida da população que reside no território nacional.

Objectivos:

Gerais

O Inquérito Nacional sobre Condições de Vida 2003 e 2009, tem como objectivo principal fornecer dados estatísticos sobre as condições de vida da população moçambicana ao Governo e às diversas estruturas nacionais como também as organizações internacionais.

Específicos

- Obter informação actualizada dos Agregados Familiares sobre habitação, bens do agregado familiar, saúde, emprego, educação, produção agro-pecuária, despesas e receitas.
- Fomecer informação estatística para a formulação de políticas sociais.
- Fomecer a base para a revisão do conjunto de bens e serviços e dos ponderadores do actual índice de preços ao consumidor, o que possibilitará melhor análise dos preços e dos salários.
- Fomecer a base para a revisão das Contas Nacionais
- Desenvolver a capacidade nacional na formulação e execução de inquéritos aos agregados familiares.

Para mais informações sobre o IAF e IOF veja o site: www.ine.gov.mz

Anexo 7: Resumo da Pesquisa Finscope Mozambique 2009

A Pesquisa FinScope é uma ferramenta de pesquisa desenvolvida pelo FinMark Trust (uma organização não lucrativa sediada na África do Sul). É um estudo representativo à escala nacional, sobre as percepções individuais sobre os serviços financeiros e questões que forneçam informação sobre a origem dos rendimentos dos moçambicanos e de como conseguem administrar as suas finanças.

FinScope explora o uso dos consumidores informais, bem como produtos formal e constrói uma imagem do papel que o sector informal pode jogar nos mercados financeiros dos países em desenvolvimento. A amostra corresponde a toda a população adulta, ricos e pobres, urbanas e rurais, a fim de criar uma segmentação de todo mercado e dar perspectiva para vários segmentos de mercado. A FinScope é um estudo de percepção, mas também engloba atitudes, comportamentos, qualidade dos factores de vida e padrões de consumo.

A implementação da Pesquisa FinScope em Moçambique teve como objectivo:

- I. Medir os actuais níveis de acesso aos serviços financeiros e descrever o cenário do acesso; bem como,
- II. Apoiar a inovação comercial – o acesso aos serviços financeiros só poderá melhorar se os provedores dos serviços financeiros oferecerem produtos e serviços a mais pessoas. O FinScope tem dado provas de estimular a inovação de novos produtos para consumidores de baixa renda.

Os resultados da Pesquisa FinScope Moçambique 2009 fornecem pela primeira vez os números que quantificam as dicotomias extremas existentes entre as zonas urbanas modernizadas e a pobreza e isolamento da larga maioria de moçambicanos que vive nas zonas rurais.

Para mais informações acerca da Pesquisa Finscope, veja o site:

<http://www.finscope.co.za/new/pages/default.aspx>